Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Domingo 15.9.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 759 / € 2,00 / Diretor **Filipe Alves** Diretores Adjuntos **Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino**

Língua Mirandesa
Instituto para promover e apoiar pode estar para breve
PÁG. 14

Opinião de Alfredo Cameirão "Amprenhar l feturo – 26 anhos de la publicaçon de la Lei de l Mirandês"
PÁG. 15

I Liga
Benfica 4-1 Santa Clara Bruno Lage passa o primeiro teste
PÁG. 25



Hoje com o seu DN



ORÇAMENTO

PS e PSD em braço-de-ferro até novembro. A "hora da verdade" só na votação final

Sociais-democratas convictos de que "decisão política" do PS de "viabilizar" OE2025 só acontecerá na votação final global, daqui a quase dois meses. Pedro Nuno Santos diz querer evitar eleições antecipadas. Luís Montenegro pede responsabilidade e sentido de futuro.

PÁG. 8 E ÚLTIMA



PAULO SPRANGER

A "falha de mercado" no jornalismo e o pavor do apoio estatal

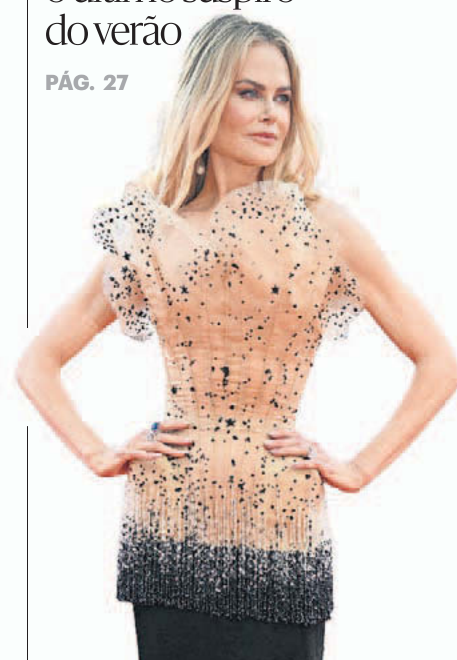
"Por muito pouco que a desejemos, a intervenção do Estado tornou-se obrigatória", assume David Pontes, diretor do jornal *Público*

PÁGS. 4-7

Educação
Estudantes estrangeiros são 140 mil de 187 nacionalidades
PÁG. 12

EUA
Trump insiste em rumor e põe em risco a comunidade haitiana
PÁG. 22

Drama e mistério
O Casal Perfeito com Nicole Kidman, uma série que é como o último suspiro do verão
PÁG. 27



Mobi Summit
Empresas representam 80% dos utilizadores de carros elétricos
PÁGS. 16-19



Editorial

Filipe Alves
Diretor do Diário de Notícias

DN: fiel ao passado, voltado para o futuro

Na passada segunda-feira, 9 de setembro, tive a honra de assumir a direção do Diário de Notícias. Abracei este desafio com a consciência de que o DN não é um jornal qualquer. O DN é o jornal que deu origem ao jornalismo moderno em Portugal e que, durante 160 anos, acompanhou os grandes acontecimentos que moldaram o passado, o presente e o futuro do nosso país.

Desde o período da Monarquia Constitucional, escreveram neste jornal muitos dos grandes vultos das artes, das letras e da política lusa. Dirigir o DN implica saber honrar esse legado ímpar, cuidando do jornal e das pessoas que o fazem. O diretor do DN deve ser, antes de mais, um guardião do jornal e dos seus valores, sem esquecer que os jornais são as pessoas que os fazem. E, no caso do DN, são também as pessoas que o fizeram ao longo de mais de um século e meio. Cuidar e preservar este legado, para que possa ser transmitido às gerações futuras, é um dever sagrado e uma enorme responsabilidade.

A direção do DN está consciente desta sua missão e, também, das dificuldades que o setor da Comunicação Social atravessa, como, aliás, demonstramos aprofundadamente num artigo desta edição.

A digitalização mudou para sempre os hábitos de consumo de informação e colocou de pernas para o ar aquele que era o modelo de negócio tradicional dos *media*. Ao longo das últimas décadas, e à semelhança de outros órgão de *media* em Portugal e no mundo, o DN sofreu muito com esta difícil transição, ao ponto de muitos dos que conheceram o majestoso jornal de há 30 anos terem hoje dificuldade em compreender que futuro poderá ter.

Porém, não se trata de um problema exclusivo do DN. Em boa verdade, nos tempos que correm, a mesma questão pode ser colocada a respeito de qualquer órgão de comunicação, independentemente da sua dimensão, quer se trate de uma televisão, de um jornal, de uma rádio ou de um *site* noticioso. Haverá alguém neste setor que possa realmente dizer que está descansado em relação ao futuro?

Aqui chegados, quando me perguntam se, neste contexto, o peso histórico do DN é uma vantagem ou uma desvantagem, tomo a liberdade de parafrasear o 40.º presidente dos Estados Unidos: estejam tranquilos, não vamos utilizar a juventude dos nossos concorrentes em nosso benefício.

> **"A equipa do DN acredita que o jornalismo de qualidade terá sempre futuro e nunca baixou, nem jamais baixará os braços. Estamos a virar a página e a começar uma nova etapa na vida deste jornal centenário. Apoie-nos neste esforço e faça parte da nossa comunidade de leitores. Ajude-nos a construir o DN dos próximos 160 anos."**

Apesar dos desafios, a equipa do DN acredita que o jornalismo de qualidade – que é essencial para a democracia e permite que os cidadãos possam fazer escolhas informadas –, terá sempre futuro, porque existe para servir a sua comunidade de leitores. Nunca baixámos, nem jamais baixaremos os braços. Estamos a virar a página e a começar uma nova fase na vida deste jornal centenário. Desengane-se quem possa pensar o contrário, mas o DN vai continuar a cumprir o seu papel como diário de referência em Portugal, adaptando-se aos novos tempos, mas permanecendo fiel à sua identidade e aos seus valores. Só assim conseguiremos manter um projeto jornalístico sustentável e capaz de cumprir a sua missão.

A partir de agora, o DN vai ser cada vez mais um jornal verdadeiramente multiplataforma, sem prejuízo de o formato em papel continuar a ser muito relevante. No fim de contas, o mais importante não é o suporte, mas sim a qualidade do jornalismo que publicamos e saber se vai ao encontro das necessidades da nossa comunidade de leitores.

O que nos leva à nossa grande prioridade, que é onde assenta tudo o resto: temos de fazer bom jornalismo, com independência, rigor e isenção. Quanto mais credível for o DN, melhor cumprirá a sua missão de informar e escrutinar e mais sustentável será. Este é o compromisso que a nova direção do Diário de Notícias assume consigo desde já, estimado leitor. Esteja connosco neste esforço e junte-se à nossa comunidade. Ajude-nos a construir o DN dos próximos 160 anos.

OS NÚMEROS DO DIA

14

PEDIDOS DO FILHO DO PR A BELÉM
O Presidente da República divulgou ontem a lista do pedidos formulados por Nuno Rebelo de Sousa, salientando que foram na qualidade de presidente da Câmara de Comércio Luso-Brasileira de São Paulo e "todos eles de natureza funcional".

6

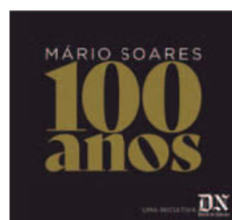
ANOS DE PRISÃO
foi quanto Ministério Público italiano pediu ontem para o ministro de extrema-direita Matteo Salvini por ter bloqueado o navio da ONG *Open Arms*, com 147 imigrantes, em agosto de 2019, quando detinha a pasta do Interior.

103

PRISIONEIROS DE GUERRA
foi quanto a Rússia anunciou, numa troca para cada lado com a Ucrânia, envolvendo soldados russos capturados durante a ofensiva ucraniana na região fronteiriça de Kursk.

84

POR CENTO
dos votos, foi quanto obteve o presidente argelino Abdelmadjid Tebboune, na sua reeleição a 7 de setembro, de acordo com o Tribunal Constitucional do país, contra os 95% dos votos inicialmente declarados, segundo foi ontem revelado.



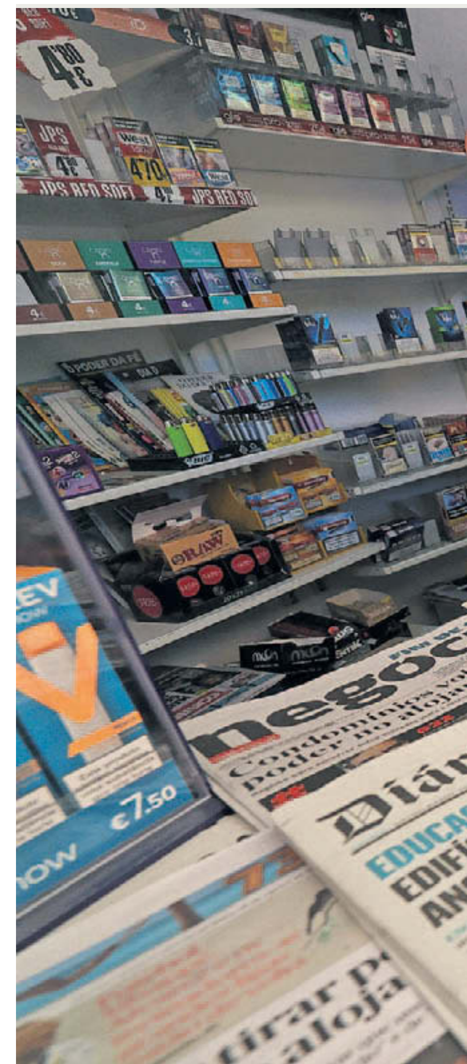


15.9.2024

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Telles, Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e João Coelho **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves ***E-mail* geral da redação** dnot@dn.pt ***E-mail* geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em *www.dn.pt*. Tiragem média de fevereiro 2024: 6 084 exps.

DEMOCRACIA

A "falha de mercado" no jornalismo e o pavor do apoio público



EMERGÊNCIA O diagnóstico de que existe, a nível mundial, uma "falha de mercado" no negócio do jornalismo tem mais de uma década. Ante a penúria no setor, cada vez mais países reforçam apoios públicos. O Governo anunciou um plano de ação para os *media*, a ERC apresenta propostas. Porquê salvar o jornalismo e como fazê-lo?

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO**

"A verdade e a compreensão não são produtos como amendoins e batatas."

A frase é do juiz do Supremo Tribunal dos EUA Felix Frankfurter, numa decisão de 1945 que se debruçou sobre a natureza do jornalismo. Um bem comerciável, mas cujo vital interesse público – como, por exemplo, a água – implica um cuidado especial nos termos do negócio.

A especial natureza do jornalismo e a sua importância para a comunidade foi, de resto, exaltada pelos "pais fundadores" dos EUA na 1.ª Emenda da Constituição – "o Congresso não fará leis para limitar a liberdade de imprensa"–, em 1791. Mas igualmente na subsidiação massiva de custos de distribuição de jornais (todos, naturalmente, negócios privados) durante os primeiros anos da nova república. Uma subsidiação efetuada em "porte pago" (o custo da distribuição dos jornais pelo correio) e que, de acordo com o cálculo efetuado pelo jornalista e académico Robert McChesney em 2010 no livro *The Death and Life of American Journalism*, corresponderia, à escala do PIB americano contemporâneo, a entre 30 e 35 mil milhões de dólares (27/31,5 mil milhões de euros), ou seja, mais do que o orçamento para 2024 da agência espacial americana – NASA.

À escala portuguesa, uma alocação semelhante do PIB corresponderia a 300 milhões de euros. Ou seja, quase dez vezes mais do que o país gasta no apoio aos *media* privados: 4,5 milhões em 2023 (sem contar com o IVA reduzido, que é de 6%). Boa parte desse apoio é canalizado em porte pago, uma medida de apoio à imprensa consagrada na legislação nacional em 1992, por Cavaco Silva – dois séculos depois de a jovem república americana a ter criado.

Isto porque, como lembra um artigo publicado em fevereiro de 2023 no *site* informativo Politico, os "pais fundadores" dos Estados Unidos da América não rejeitaram o apoio estatal ao jornalismo. Pelo contrário: um deles, James Madison, defendeu numa carta a outro, Thomas Jefferson, que o porte, ou seja, o custo da distribuição dos jornais pelo correio, devia ser integralmente assumido pelo Estado.

Outra coisa, argumentava Madison, que acreditava que a circulação de jornais por toda a população favorecia a liberdade, "seria impor um imposto à Imprensa".

Jefferson concordou, mas o subsídio estatal legislado pelo Congresso em 1792 acabaria por ser parcial: os jornais teriam de pagar entre um cêntimo e cêntimo e meio (conforme "viajassem" mais ou menos que 161 quilómetros) pelo transporte. Sendo o preço postal do envio de uma carta de seis a 25 cêntimos (consoante a distância), tratava-se, como já dito, de um subsídio gigantesco.

Apoios públicos decresceram quando eram mais necessários

O exemplo de uma jovem democracia que, no final do século XVIII, num mundo de impérios, monarquias absolutas e censuras prévias, dava os seus primeiros passos e investia tão claramente na imprensa como bem público – naquilo que terá sido, pelo menos nesta escala, o primeiro programa de apoio público ao jornalismo – deve, defende o autor do artigo do Politico (Steven Waldman) informar os apoios que cada vez mais académicos, políticos e jornalistas americanos defendem para salvar os produtos jornalísticos.

Lembrando que a subsidiação criada em 1792 foi reforçada nos séculos seguintes – em 1845, o Congresso incrementou o subsídio aos jornais, decretando que passavam a ser grátis se entregues a menos de 48 quilómetros da sede (tratava-se assim de um apoio especial às publicações locais) – Waldman crê que contribuiu muito para um panorama jornalístico variado e vigoroso. E que o seu sucesso se deveu ao facto de ser neutral quanto ao conteúdo da imprensa e de se aplicar a todos os títulos, grandes, pequenos, "sérios" e folhas de couve, "com história" ou acabados de fundar.

Curioso é constatar que nos EUA este tipo de apoio, dirigido às publicações em papel, se manteria (embora decrescendo muito em percentagem do PIB) até mais de metade do século XX, naquilo que correspondeu ao período de maior sucesso financeiro dos *media* – diminuindo, paradoxalmente, à medida que a crise assolava o setor e se verificava o que é definido, na literatura académica (por exemplo no citado livro *The Death and Life of American Journalism: The Media Revolution that Will Begin the World Again*, de 2010), como "falha de mercado".

Esta falha, para a qual são avançadas várias causas, com o advento da internet à cabeça – desde logo porque, em todo o mundo, os jornais começaram a disponibilizar gratuitamente, nos seus *sites*, o conteúdo, habituando o público a consumir sem pagar – foi notória a partir do início do século XXI. Em menos de duas décadas, o número de jornalistas nas redações dos *media* americanos diminuiu 57%, e a sangria continua.

Também em Portugal se assistiu a um movimento semelhante. Em 1992, numa era de prosperidade do jornalismo – "a época dourada" em que se multiplicavam novos projetos (o semanário *Independente* surgiu em 1988, a TSF em 1989, o diário *Público* em 1990), ocorreu a privatização do DN, e surgiram os canais privados de televisão SIC e TVI –, o Governo de Cavaco Silva estabelece, na Portaria n.º 411/92, de 18 de maio, um "Sistema de Apoios Financeiros do Estado aos Órgãos da Comunicação Social, a prestar através do Gabinete de Apoio à Imprensa da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros". Estes apoios, de cujo valor total o DN não encontrou estimativas, incluem não só uma atualização do porte pago (que antes era dirigido sobretudo à impren-


PAULO SPRANGER

sa regional), como subsídios para a "reconversão tecnológica", descontos em telecomunicações para as empresas e em transportes para os jornalistas.

Porém, à medida que, depois do virar do século, a crise se abate sobre os órgãos de comunicação social, grande parte desses financiamentos desaparecem. Passa a imperar a ideia de que deve entregar-se ao "mercado" a regulação do setor, havendo até várias propostas de passar os canais da RTP, a rádio pública – RDP – e a agência de notícias Lusa para o setor privado (parte da empresa foi de resto alienada em 2000, pelo Governo Guterres, sendo já em 2024 recomprada pelo Estado).

Ilhas com subsídios diretos a *media* privados

O movimento contrário foi liderado, em Portugal, pelas regiões autónomas. Nos Açores, o Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada (Promédia) foi criado em 2006, e na Madeira (MEDIARAM) em 2016. Os orçamentos anuais têm, em ambos os arquipélagos, e segundo o relatório *Medidas de Apoio e Incentivos do Estado à Comunicação Social*, apresentado em agosto pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), uma dotação média de 600 mil euros para apoios diretos às empresas.

> Açores e Madeira têm programas de apoio direto a *media* jornalísticos – mais de meio milhão de euros anuais – que incluem despesas de transporte e comunicações, como sucedeu nos Anos 90, por iniciativa de Cavaco Silva, no continente.

Nos Açores, o programa inclui medidas como o custo do transporte interilhas para publicações em papel e da distribuição *online* do sinal rádio, custo de deslocações em território nacional, de formação para jornalistas, de energia elétrica, comunicações telefónicas, alojamento de servidores, desenvolvimento de *websites*, aquisição de equipamentos tecnológicos, *software*, criação e disponibilização de conteúdos *online* em multiplataforma, com uma comparticipação-base de 50%, até 40 mil euros por projeto.

Na Madeira há uma comparticipação a 25% das despesas elegíveis que não pode exceder 200 mil euros em cada tipologia, sendo comparticipados, de acordo com o citado relatório, "custos com papel, impressão, manutenção de plataformas informáticas e alojamento de conteúdos; contratos e/ou prestação de serviços por parte de agências noticiosas e telecomunicações", assim como "custos com salários brutos e contribuições obrigatórias para a Segurança Social".

Também nos Açores está prevista uma medida semelhante, apresentada em 2023 pelo Governo Regional (PSD/CDS/PPM) sob o título *Media+*, e que prevê uma compensação por encargos com remunerações de jornalistas, tendo o Executivo anunciado a revisão do Promédia e "um reforço progressivo dos montantes a atribuir, refletido já em 2025, com uma dotação prevista de 2M€".

Em termos *per capita*, as atuais dotações dos programas insulares de apoio aos *media* privados correspondem a, no caso do Açores, 2,47 euros *per capita* anuais, e no da Madeira a 2,36 euros. Se o programa açoriano passar a contar, como anunciado, com dois milhões de euros em 2025, o cálculo *per capita* ascenderá a 8,46 euros.

Estes valores são muito superiores aos calculados para o apoio (direto e indireto) aos *media* privados no conjunto do país, e que foi de 4,5 milhões de euros em 2023 (0,43 cêntimos *per capita* anuais). Um montante que, como o DN já noticiou, coloca o país na cauda da Europa em termos de apoios às empresas jornalísticas privadas.

Para comparação, os sete países que mais apoiam, quer indiretamente quer diretamente, o jornalismo "privado" (segundo dados relativos a 2022, constantes no relatório *Public Financing in News Media/Financiamento Público dos Media Jornalísticos*, da Comissão Europeia), a saber, Itália, França, Áustria, Suécia, Bélgica, Luxemburgo e Dinamarca, apresentam investimentos anuais *per capita* entre 16,5 (Luxemburgo) e 5,1 euros (França).

De resto, essa modestíssima posição de Portugal no apoio à comunicação social é também verificada, citando a mesma fonte, nas verbas investidas no serviço público de informação/*media* – com 19 euros mensais *per capita* em 2023 (205,3 milhões de euros), está em 21.º lugar entre os 27 países da UE (a média em 2021 foi de 49,5 euros, variando entre os 103€ da Alemanha e os 7,6€ da Roménia).

Ajuda a jornalismo ganha adeptos na Europa e EUA

De acordo com o mesmo relatório da Comissão Europeia, foram investidos em 2022, pelo conjunto dos países da União, 690 milhões nos *media* privados, com os sete países já referidos responsáveis por 94% do valor.

Há igualmente, fora da UE, países que praticam há muito o apoio direto aos órgãos privados, sendo o mais notório a Noruega (população 5,4 milhões). Há sete anos no 1.º lugar do índice de liberdade de informação da organização Repórteres sem Fronteiras, a Noruega iniciou o financiamento público direto aos jornais privados em 1969, e em 2023 atribuiu, só nesse tipo de apoio, 34,5 milhões de euros, distribuídos por 156 títulos jornalísticos (resultando numa média de 221 mil euros por título), o que corresponde a 6,38 euros *per capita*. Noutros dois países do topo do índice de liberdade de informação citado (Dinamarca e Suécia, 3.º e 4.º lugares), os subsídios diretos representam a maior fatia do sistema de financiamento público dos *media* jornalísticos privados.

Como sublinha o relatório europeu citado, a necessidade de encontrar formas de apoiar as empresas jornalísticas é uma questão que tem ganhado "uma tração considerável na Europa nos últimos anos", e nomeadamente a partir da pandemia de covid em 2020/2021, estando o debate sobre subsídios às empresas jornalísticas a reavivar-se, inclusive em países nos quais não há tradição disso: "Várias propostas foram publicadas no período de 2021/23, quer de modernização de apoios já existentes, quer de novas medidas."

É o caso da Irlanda (5,1 milhões de habitantes), que instituiu, a partir de 2023, a isenção total de IVA para publicações em formato impresso e digital (antes vigorava uma taxa reduzida de 9%; em Portugal é 6%). E, na sequência de um estudo de uma comissão nomeada para refletir sobre o futuro dos *media* – a qual recomendou a criação de um fundo com dotação de 30 milhões anuais para apoiar o setor jornalístico a nível local, regional e nacional, em todos os suportes (rádio, TV, papel e digital) –, colocou já em 2024 em consulta pública uma proposta de meca-

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

nismos de apoio à produção de conteúdos jornalísticos de interesse público, consistindo em subsídios de cinco milhões de euros a serem atribuídos diretamente, mediante candidatura. Os conteúdos resultantes serão disponibilizados publicamente num portal.

Também nos EUA, embora de forma mais tímida, se está a avançar esta matéria. Para além de um projeto de lei de apoio ao jornalismo local que aguarda aprovação no Congresso desde 2020 e que contempla, entre outras medidas, "crédito sobre os salários para incentivar a contratação de profissionais do jornalismo" – vários estados criaram mecanismos de apoio.

De acordo com o constante no relatório da ERC, Nova Iorque (19,5 milhões de habitantes) aprovou em 2024 um apoio de 90 milhões de dólares a três anos; a Califórnia (população 39,1 milhões) criou em 2022 "um fundo de 25 milhões de dólares, geridos através da Universidade de Berkeley"; Nova Jérsia (9,2 milhões de habitantes) instituiu em 2018 o Consórcio de Informação Pública, independente e gerido por representantes de seis universidades, para financiamento público de trabalhos jornalísticos através da atribuição de bolsas a *media* locais. Entre 2021 e 2023 o consórcio recebeu, segundo o respetivo *site*, 10,5 milhões de dólares do Estado de Nova Jérsia, mais 1,5 milhões em financiamento privado, e entregou 82 bolsas, num total de 5,5 milhões de dólares (cerca de cinco milhões de euros, o que dá uma média de 61 000 euros por bolsa).

Apoios a nível estatal aos *media* nos EUA incluem ainda, entre outros, voltar a alocar publicidade institucional em *media* locais (ao invés de nas redes sociais e nos *media* nacionais).

O pavor do apoio direto: Governo afasta "tentação"

E Portugal? Até agora, nada se sabe do que pode estar em causa no Plano de Apoio aos *Media*, que o Governo assume ter como objetivo "contribuir para ajudar a inverter uma perigosa tendência de desvalorização social e cívica da função do jornalista e da informação rigorosa, livre, plural e credível" e prometeu apresentar até ao final do ano. Sabe-se apenas, porque tal consta de uma resolução do Executivo, que incluirá "a adoção de medidas fiscais, alterações ao quadro regulamentar, o reforço da eficácia de regulação, a salvaguarda do serviço público de *media*, nomeadamente do serviço público de informação, medidas de encorajamento aos *media* regionais e locais, mecanismos de combate à desinformação e o reforço da literacia mediática".

Na Universidade de Verão do PSD, o ministro da tutela, Pedro Duarte, afastou a possibilidade de apoios diretos, denominando-a de "tentação", sem entrar em detalhes sobre o tipo de "incentivos" que tem em mente.

Já a ERC, nas propostas que apresentou no "documento de trabalho" *Medidas de Apoio e Incentivos do Estado à Comunicação Social*, faz uma espécie de súmula do que foi aplicado em vários países.

Trata-se de apoios indiretos como a eliminação do IVA nos "produtos de comunicação social informativa" (atualmente é de 6%), aumento da intensidade dos benefícios fiscais em sede de IRS (considera que o benefício existente – 2,5 euros de "desconto" no caso de dispêndio de 250 euros com assinaturas de *media* – é "muito reduzido"), "cheque-jornal" para aquisição de assinaturas, deduções fiscais para anunciantes ("por exemplo dedução ou crédito de IRC pela compra de publicidade em meios generalistas e de informação [e] pela compra de publicidade em meios regionais e locais").

Propõe também – além de um investimento na literacia mediática, que passa por exemplo pelo "incentivo à aquisição de assinaturas em bibliotecas" –, um "incentivo ao emprego de jornalistas" que passe por créditos fiscais. E, malgrado considere serem de evitar medidas de apoio financeiro direto, que considera poderem expor "a autonomia editorial dos meios a situações de risco", acaba por preconizá-las, sugerindo "apoios diretos (bolsas) a projetos de investigação jornalística, concedidos a empresas e a jornalistas".

Sobre os critérios de elegibilidade, alerta: devem revestir-se da "menor discricionariedade possível na decisão de atribuição de apoios e mecanismos de maior salvaguarda da independência editorial". Para tal, a ERC sugere "o recurso a formas de avaliação baseadas em indicadores indiretos, de apuramento mais objetivo, como sejam: rácio de jornalistas face ao volume de conteúdos editoriais; nível de formação e experiência profissional dos jornalistas; percentagens mínimas de conteúdo original [ou seja], derivado de fontes primárias; relação entre o orçamento editorial e o orçamento total; número de agências noticiosas subscritas e de correspondentes; prémios e distinções concedidos a jornalistas".



Os *media* jornalísticos, em Portugal como na generalidade dos países, têm acumulado milhões anuais de prejuízo.

> O Governo anunciou um plano de apoio aos *media* com o objetivo de "inverter uma perigosa tendência de desvalorização social do jornalista e da informação rigorosa, livre, plural e credível". Mas afasta a "tentação" do apoio direto.

Note-se porém que grande parte dos apoios propostos – desde logo os descontos em IRS, a eliminação do IVA, e o "cheque-jornal", também chamado *voucher* – são pensados/desenhados para os jornais em papel e digitais. Na medida em que são estes, assim como algumas novas plataformas (*podcasts*, por exemplo) que funcionam com assinaturas. Todos os meios "abertos", como rádios e televisões ou *sites*, que não cobram pelo acesso aos conteúdos, são à partida excluídos.

Ora não há dúvida de que por exemplo uma "rádio de notícias" como a TSF, ou um canal televisivo de notícias, fazem jornalismo – e encontram-se também, embora um pouco menos que os jornais, em crise (neste caso pelo emagrecimento da publicidade e pela fuga dos públicos para outras plataformas, desde logo as redes sociais).

Assentes que parecem estar a necessidade e a urgência, como vai ser possível criar apoios "indiretos" para os meios "abertos" que assegurem a equidade, incentivem a manutenção dos padrões jornalísticos e, nomeadamente quanto ao número de jornalistas a trabalhar em cada meio, assegurem a sobrevivência da profissão?

Já não estamos no século XVIII, quando bastava pagar o transporte dos jornais a cavalo por pradarias e desfiladeiros para, como defendia James Madison, "favorecer a liberdade". E, como temia este estadista, surgiu sem dúvida um pesado "imposto" sobre o jornalismo – sob a forma do défice crónico que está a matar as empresas, uma após a outra, diminuindo drasticamente a qualidade e consequentemente a utilidade pública deste serviço sem o qual não há democracia.

"Por muito pouco que a desejemos, a intervenção do Estado tornou-se obrigatória"

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO**

"Temos de pensar três vezes antes de mandar um jornalista para o estrangeiro, contratar um fotógrafo. E isso tem diminuído a nossa capacidade de recrutamento e, acima de tudo, de remunerar os jornalistas com alguma justiça face ao nível de qualificações e de responsabilidade que têm."

A assunção é de David Pontes, diretor do *Público*. Reconhecendo que a situação deste diário de referência, fundado em 1990, está longe de ser das piores no panorama da imprensa portuguesa – o título, cuja redação tem mais de 150 jornalistas, é detido pela empresa grossista Sonae, a qual "tem encaixado ao longo dos anos uma certa margem de prejuízo" –, o jornalista diagnostica "um estado de penúria no setor" que não crê se possa ultrapassar sem a intervenção do Estado. "Por muito pouco que a desejemos, tornou-se obrigatória. Hoje na maior parte dos *media* estamos à beira do limiar de sobrevivência. E dada a urgência em que se encontram muitos órgãos, com muitos camaradas meus a não receber ao final do mês, seria quase cruel da minha parte não admitir a possibilidade, mesmo que transitória. Isto está a pedir um plano de emergência."

Como motivo da penúria, aponta "sucessivas disrupções ao longo dos anos, das quais as pessoas nem sempre têm noção: é um setor de negócio que mudou muito mais que a maioria". À cabeça, a digitalização: "Foi muito mais violenta que para outros. E estão sempre a aparecer novidades: *podcasts* hoje, vídeos ontem, Inteligência Artificial agora. Todos os anos temos de olhar para uma novidade em relação ao que fazemos e à forma como as pessoas passam a consumir informação."

O que, prossegue, "estica os recursos, com os rendimentos a não acompanhar – pelo contrário – o movimento". Até porque "neste momento toda a imprensa mundial enfrenta alguma fuga à informação e ao jornalismo. Olha-se para uma análise que fez o *Financial Times* sobre como podemos adaptar-nos aos públicos jovens, e algumas coisas lá descritas são contrárias à matriz jornalística: a ideia de que, por exemplo, os jovens ligam mais à personalização do emissor do que à instituição. Em França há um jovem que entrevista os políticos e faz noticiário e tem, só ele, mais seguidores no Instagram que qualquer jornal francês. É que já não é só a perda de receitas, é também a mudança do padrão de consumo. Podemos ir ambicionando que isto seja uma espécie de vale, que daqui a pouco a coisa suba, mas não creio que possamos estar tão otimistas em relação aos nossos concidadãos. Que aumentem assim tanto os níveis de literacia, de interesse., da consciência de que o que os jornalistas fazem, quando fazem bem, é demasiado essencial para podermos abdicar disso."

"Não é impossível que volte a ser um negócio lucrativo"

Nascido em maio de 2014, em plena crise dos *media*, o diário digital *Observador*, ao qual a partir de 2019 se juntou uma rádio, tem tentado surfar a borrasca, mesmo se, como todos os outros, acumula prejuízos. Miguel Pinheiro, o diretor, crê que ainda se pode dar a volta: "O jornalismo não foi sempre um negócio deficitário – chegou a ser muito lucrativo – e não acho impossível que o volte a ser."

Conotados com uma visão liberal – no sentido "pró-mercado"–, a rádio e o jornal torceram o nariz aos apoios do Estado na pandemia (15 milhões em publicidade institucional) e usaram isso para uma campanha de assinaturas. Normal, pois, que no debate sobre apoios públicos o respetivo diretor demonstre pouco entusiasmo: "Há duas grandes preocupações quando se olha para os apoios estatais. Um é a independência, e por esse motivo é importante que os apoios sejam indiretos ou cegos. O outro é salvaguardar o princípio da concorrência: temos de ter muito cuidado com a possibilidade de que os apoios congelem o que já existe. Critérios que tenham a ver com vendas ou audiências perpetuam as posições."

Confrontado com o facto de vários dos países que ocupam os primeiros lugares do *top* da liberdade de informação – Noruega, Suécia, Dinamarca – terem instituído apoios diretos há mais de 50 anos, Pinheiro contesta com o contexto. "Essas medidas não existem num laboratório, existem em países concretos com histórias concretas. Nós nos Anos 60 do século XX vivíamos em ditadura, e depois tivemos um longo período em que a maioria dos *media* eram do Estado. Há uma tradição de controlo, de ingerência."

Assim, ante o anúncio de um plano estatal de apoio aos *media*, vê como aceitáveis sobretudo medidas como as defendidas pelo ex-ministro da tutela (no Governo Passos) Miguel Poiares Maduro: "cheque-jornal" e/ou consignação de IRS, como sucede já com ONG ou igrejas, ou, ainda, benefícios fiscais para quem consuma jornalismo (como em França). Isso, diz Pinheiro, "coloca em terceiros o incentivo, não é o Estado a escolher quem apoia. E como um dos grandes problemas não é conseguir mais assinantes, é manter os que temos, pode ter grande impacto em quem já assina."

"Não me chocava nada que houvesse apoios diretos"

Para os meios que não se consomem por assinatura – como a rádio – vê como melhor hipótese um incentivo fiscal aos anunciantes.

Nuno Domingues, o diretor de outra rádio – a TSF, nascida em 1989 como uma "rádio de notícias" – tem uma perspetiva diferente. "Não creio que vá acontecer, mas não me chocava nada haver apoios diretos. Que em função de alguma coisa o Estado pague x. Com critérios claros – determinado tipo de serviço informativo, o número de jornalistas, de horas de produção de informação."

> *"Não creio que vá acontecer, mas não me chocava haver apoios diretos. Com critérios claros: determinado serviço informativo, número de jornalistas, de horas de produção de informação."*
>
> **Nuno Domigues**
> Diretor da TSF

Os dois últimos parecem ao diretor da TSF, estando em causa salvar o jornalismo, bons critérios. Mas vê questões difíceis de dirimir: "Há projetos que não estão classificados, como os *podcasts*, e é difícil, em termos de rádio, dizer o que é e não é jornalístico. Rádios como a Comercial não são de notícias, mas dão notícias a cada hora. E a Renascença, sendo de natureza confessional, não presta um serviço informativo?"

A questão faz todo o sentido: o apoio do Estado pode incluir órgãos de confissões religiosas ou de partidos? Em vários países esse tipo de *media* está excluído do financiamento público – mesmo se podem, como é o caso cá, empregar jornalistas. Muito mais complicado será distinguir entre os *media* que fazem por cumprir as regras deontológicas do jornalismo – vertidas em lei no Estatuto do Jornalista – e os que se dedicam a violá-las. A ERC, nas sugestões apresentadas no seu documento de trabalho sobre o financiamento público do jornalismo (*ver texto ao lado*), propõe, entre outros critérios de alocação de apoio, o número de prémios de jornalismo atribuído a um título. Não menciona, porém, o avesso disso – o número de deliberações censórias da própria ERC e de condenações judiciais.

Se, como reconheceu Poiares Maduro num debate na RTP, "quem dá mais pancadaria tem mais audiência", um sistema de *vouchers* através do qual os cidadãos escolheriam que produto de *media* querem consumir não correria o risco de "premiar" os que se dedicam à "pancadaria"? O ex-governante concede que "o risco existe", mas "o importante é apoiar o ecossistema do jornalismo no seu todo. Tentar selecionar que jornalismo se deve consumir ou apoiar seria abrir uma porta perigosa. Acresce que há estudos a demonstrar que as pessoas diferenciam entre o jornalismo que intuitivamente consomem e o de maior qualidade que creem deve ser apoiado. Assim, mesmo esse risco é mais mitigado do que se julga."

"Se só se agir do lado do consumidor as empresas continuarão a ter problemas"

Considerando que é preciso fazer um esforço para incentivar o consumo de jornalismo, e que quer o *voucher* quer a consignação fiscal quer os benefícios fiscais para quem consuma jornalismo (os quais já existem, mas com expressão mínima) são medidas positivas, David Pontes não acredita que "no atual mercado da atenção isso possa significar uma diferença marcante. Se só agirmos por esse lado, o do consumidor, as empresas continuarão a ter problemas. Porque as pessoas muitas vezes preferem despender tempo em convívios recreativos do que estar a ler uma peça complicada sobre atualidade. Seria ingénuo achar que simplesmente dar acesso às pessoas resolve o problema."

Reconhecendo além do mais que apoios ao consumo só funcionam para a imprensa, e dentro da imprensa apenas para a que cobra acesso, o diretor do *Público* admite, como o da TSF, subsídios diretos em função do número de jornalistas. "Há claramente uma questão de profissão, do que representa ser jornalista: temos métodos, temos um processo para o que escrevemos, temos órgãos que nos vigiam, e isso deveria de alguma forma ser contemplado no desenho das medidas que o Governo prepara."

Suspira: "Dada a fraca popularidade que os jornalistas têm no espetro público, essa medida poderá não ser muito popular mas é de justiça básica. Ao contrário de alguns dos apoios que na pandemia foram atribuídos com referência às quebras de publicidade, critério que nada diz sobre aquilo que os *media* produzem e sobre o esforço que nomeadamente um órgão como o *Público* faz para ter centena e meia de jornalistas."

E conclui: "Se estamos numa sociedade em que conseguimos consensualizar a ideia de que uma imprensa livre é importante como pilar do regular funcionamento da democracia, alguma coisa deve ser feita pelos *media*, nomeadamente quando partimos de um patamar tão baixo em Portugal".

Braço-de-ferro até novembro. A "hora da verdade" só na votação final

ORÇAMENTO Sociais-democratas convictos que "decisão política" do PS de "viabilizar" OE só acontecerá na votação final global. Pedro Nuno Santos diz querer evitar eleições antecipadas.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**



Pedro Nuno Santos e Luís Montenegro.

ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

É um "aparente" regresso. Pedro Nuno Santos voltou ao "praticamente impossível" e à garantia repetida de que não tem "nenhum cálculo eleitoral", ao mesmo tempo que diz ser "muito importante evitar eleições" – tal como argumenta, desde maio, Marcelo Rebelo de Sousa –, assegurando, por isso, que o PS não se coloca "de fora" estando até os socialistas "disponíveis para dar uma oportunidade a quem quer governar Portugal para garantir condições para a viabilização desse Orçamento e, dessa forma, evitar eleições antecipadas". Condição? "Mas não a qualquer preço".

A disponibilidade do PS já foi "praticamente impossível"; depois passou de "muito difícil" a "abertura"; depois a "superável"; mais tarde surgiu um "viabilizar" – verbo antecedido de um "se for para…" –; houve ainda um "abraçar (…) para construir uma solução comum"; ainda, a "disponibilidade séria"; e depois, por fim, a ideia de que um "profundo desacordo" com o Governo, por exemplo na área da Saúde, não impediria "a possibilidade de viabilizar o OE" porque um Orçamento do Estado "não são duas medidas".

Ontem, houve um regresso do "praticamente impossível" – que fontes parlamentares do PS classificam de "aparente" –, por incluir acrescentos de "oportunidade" e de exigências repetidas de "condições para a viabilização" que evitem Eleições Legislativas e – eis aqui a novidade na narrativa política – a certeza de que o PS não se comprometerá com um OE do qual discorde "na sua globalidade".

Ora, dizem fontes parlamentares do PSD, a "globalidade" é o último passo de um processo [a votação final global do OE2025] que antecede as "discussões e negociações" na "especialidade" [nas comissões parlamentares] e a "apreciação política" e votação da "generalidade".

Rui Tavares, deputado e líder do Livre, já tinha admitido, ao DN, como possível "um cenário em que a discussão do Orçamento na especialidade é muito mais aberta e em que o Orçamento que sai deste Parlamento numa votação final global é um documento muito diferente do que estará a ser entregue pelo Governo como proposta de Orçamento".

O outro cenário é o Governo conseguir "um acordo orçamental com um parceiro que tenha os deputados que lhe fazem falta [o PS] e, nesse acordo orçamental, tem de aprovar medidas desse parceiro orçamental e rejeitar as medidas dos outros".

Na prática traduz os alertas de Marcelo Rebelo de Sousa para que não haja "crise política" em outubro [votação na generalidade] e em novembro [votação global].

Dito de outra forma, as palavras do secretário-geral do PS, "descontando o natural discurso para militante", significaram para as fontes parlamentares do PSD, ouvidas pelo DN, a "disponibilidade" do PS para "negociar", sabendo que "nunca será um Orçamento do Estado do PS" [palavras de Pedro Nuno Santos], e permitir a análise "mais profunda" das propostas na especialidade [o que traduz uma viabilização na votação na generalidade] deixando a decisão "política" para a votação final global do Orçamento do Estado – a "hora da verdade", como já disse Marcelo Rebelo de Sousa.

"Há promessas feitas pelo Governo, que são muitas e respeitam ao futuro, que supõem um novo Orçamento (…), há promessas feitas ou já aprovadas, propostas pela oposição, que implicam também um Orçamento (…), na hora da verdade vai haver o bom senso de se perceber que tem de se arranjar soluções para o Orçamento ser viabilizado", porque, já sublinhou o Presidente da República, "é importantíssimo um Orçamento do Estado (…). Vai haver Orçamento, a meu ver, porque o mundo, a Europa, o PRR, tudo isso aponta para haver Orçamento."

E, quanto mais não fosse, elaborou Marcelo Rebelo de Sousa, porque "o Governo é minoritário, portanto precisa de falar com as oposições. E. por outro lado, porque as oposições [o PS] sabem que realmente a estabilidade é fundamental para elas próprias. Para amanhã serem Governo, verdadeiramente, precisam que a situação seja estável, porque se não estiver estável, também não são o Governo."

É, aliás, por isso, dizem fontes parlamentares socialistas, que José Luís Carneiro, que disputou a liderança do partido com Pedro Nuno Santos, disse que "a estabilidade é essencial, particularmente numa altura em que estamos a viver uma guerra na Europa e outra no Médio Oriente e quando o país, Estado e autarquias, têm metas tão exigentes para cumprir" – argumentos usados repetidamente por Marcelo Rebelo de Sousa.

O deputado do PS diz ser importante que os socialistas mostrem "disponibilidade para dialogar", mas "com linhas vermelhas", a primeira das quais as "contas certas", remetendo para o Governo a responsabilidade de "tomar a iniciativa de apresentar as propostas", assim como dar o passo para "o diálogo e a concertação política".

O argumento coincide com o que já disseram ao DN fontes socialistas: O partido "quer" ainda "perceber que tipo de propostas [do Governo] é que estão no Orçamento do Estado, qual é a dinâmica do Orçamento (…), perceber a folga, que eventualmente exista, para apresentarmos projetos".

Nuno Melo acusa líder do PS de negar legitimidade de Portugal

OLIVENÇA Ministro alega que opinião foi repetida "como presidente do CDS" e lembra que PS, em 2012, pediu ao MNE que fosse travada "megaprodução" que festejava a anexação de Olivença.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

O que diz a História Diplomática? Que "em 20 de novembro de 1815 foi assinado um Tratado de Paz entre a Áustria, Grã-Bretanha, Prússia e Rússia com a França, em que se estipulou que Portugal receberia dois milhões de francos como indemnização pela guerra sustentada contra a França. Pelo artigo 105 do ato final, ficou consagrado o direito da Coroa Portuguesa ao território de Olivença e outros territórios cedidos à Espanha pelo *Tratado de Badajoz*. Apesar da resistência inicial, a Espanha acabaria por ratificar o tratado em 7 de maio de 1817".



Ministro da Defesa, na sexta-feira, nas comemorações dos 317 anos do Regimento de Cavalaria n.º 3 – Os Dragões de Olivença.

NUNO VEIGA / LUSA

O que diz a mais recente História Política? Que, em 2012, seis deputados do PS pediram a Paulo Portas, então ministro do Negócios Estrangeiros, que interviesse contra as comemorações planeadas em Espanha para assinalar a anexação de Olivença.

Maria de Belém Roseira, Alberto Martins, Paulo Pisco, Basílio Horta, Gabriela Canavilhas e Laurentino Dias insistiram, em carta enviada ao ministro, numa intervenção "pelo menos diplomaticamente" para que fosse travada "uma megaprodução" que consistia "na reconstituição da *Guerra das Laranjas*, facto histórico que ocorreu em 1801, e que assinala a anexação de Olivença por parte de Espanha".

A "afronta" da "reconstituição", consideravam os deputados, "fere a sensibilidade dos portugueses e dos oliventinos". E, claro, era invocado o Direito Internacional e o Ato Final do Congresso de Viena, que, ao dar por concluída a guerra entre Portugal e Espanha, decidiu "que Espanha procederia à retrocessão [de Olivença] para Portugal".

O que diz a mais recente história eleitoral? Que mais de mil pessoas que residem em Olivença, e que têm dupla nacionalidade [espanhola e portuguesa] votaram nas Legislativas 2024.

Desde 2014 que é possível a obtenção de dupla nacionalidade aos "cidadãos portugueses com naturalidade de Olivença" e aos que provem a "ascendência de nacionalidade portuguesa".

É por esta razão que Nuno Melo acusa Pedro Nuno Santos de "contrariar até posições antigas do PS e do respetivo grupo parlamentar, que chegou a reclamar a intervenção de outro Governo, com o próprio a deputado na XII Legislatura".

O secretário-geral do PS considerou "inusitado" e "muito grave" a afirmação feita, na sexta-feira, pelo ministro da Defesa de que Olivença "é portuguesa" e que "isso não seja articulado com o ministro dos Negócios Estrangeiros ou com o primeiro-ministro". Justificação? "O impacto nas relações diplomáticas com a Espanha".

"Muito grave" é, respondeu Nuno Melo, que "em mais de 200 anos, Pedro Nuno Santos seja talvez o primeiro líder de um partido político a negar a legitimidade de Portugal sobre Olivença, reconhecida pela própria Espanha em Tratado".

"A opinião que tenho sobre Olivença é antiga e corresponde a uma posição de princípio, historicamente conhecida, que várias vezes defendi. Hoje [sexta-feira] repeti-a como presidente do CDS, embora num contexto equívoco, porque presente numa cerimónia como ministro", justificou. E acrescentou que "como é óbvio, essa opinião não vincula o Governo. Tratou-se, aliás, de uma resposta a uma pergunta e, por isso, insuscetível de ser concertada com os restantes membros do Governo."

Ontem, o DN revelou que a "inconveniência" do ministro da Defesa, como referiu ao DN fonte diplomática, numa matéria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi lida como a "criação de embaraços desnecessários com o nosso principal parceiro económico". E que apesar de Espanha nunca ter cumprido o "acordado" em 1815 e ratificado em 1817, também Portugal nunca abdicou da "reivindicação". Mas, foi sublinhado, "sem alaridos desnecessários. Não é tema".

Os 14 pedidos de "natureza funcional" a Marcelo

CASO DAS GÉMEAS Belém garante que nenhum pedido tem que ver com o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Presidente da República divulgou ontem a lista de 14 pedidos formulados por Nuno Rebelo de Sousa, salientando que foram na qualidade de presidente da Câmara de Comércio Luso-Brasileira de São Paulo e "todos eles de natureza funcional".

Numa nota publicada no portal da Presidência da República, refere-se também que, dos 14 pedidos de Nuno Rebelo de Sousa, naquela qualidade de funções, oito foram indeferidos e seis deferidos, a maioria deles sobre participantes na Web Summit em Lisboa.

Na notícia ontem publicada no *Correio da Manhã* é realçado que esta lista dos pedidos de Nuno Rebelo de Sousa, filho do Presidente, foi enviada pela Presidência da República à Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso das gémeas luso-brasileiras a pedido dos deputados.



Marcelo Rebelo de Sousa

A Presidência da República explicou que nenhum dos pedidos tem que ver com o objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito, e que foram endereçados por Nuno Rebelo de Sousa na qualidade de presidente da câmara portuguesa de comércio da cidade de São Paulo, cargo a que renunciou este ano.

Na sexta-feira, a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso das gémeas tratadas com o medicamento Zolgensma, o mais caro do mundo, rejeitou o pedido da antiga secretária (Carla Silva) do ex-secretário de Estado Lacerda Sales para ser ouvida à porta fechada, propondo transmissão de áudio através do Canal Parlamento. **DN/LUSA**



Opinião
Vítor Ramalho

A Justiça não está acima do escrutínio

Sendo tema da ordem do dia a nomeação de uma nova personalidade para procurador-Geral da República (PGR), é importante refletir e debater questões que lhe respeitam e também ao Ministério Público (MP).

A atual PGR, Lucília Gago, na primeira entrevista que deu ao fim de seis anos, declarou que estava em curso uma "campanha orquestrada" contra a sua pessoa e o MP, mas questionada na audição que teve na Assembleia da República (AR), não identificou a razão da afirmação, nem quem estava envolvido na referida "campanha".

No início de setembro, na posse de novos procuradores-Gerais Adjuntos, fez outra declaração em que estranha "o súbito e o muito recente interesse que a atividade do MP, na sua globalidade, aparenta hoje despertar", o que não corresponde à realidade porque há anos que existem incontáveis contributos sobre a Justiça e o MP, desde logo nas intervenções muito difundidas a partir de um Colóquio, com o título *Justiça em crise ou crise na Justiça*, coordenado por António Barreto, e editado há 24 anos (!), que, entre outros, integra um texto crítico de Freitas do Amaral.

Esse interesse persistiu, com contributos diversificados e também agora num recente *Manifesto*, subscrito por 50 cidadãos, muitos deles publicamente reconhecidos, com variadas opções religiosas, profissionais e filiações partidárias, a que tive a honra de aderir.

As referidas contribuições destinam-se a melhorar a Justiça e, naturalmente, a ação do Ministério Público, que tem uma estrutura hierarquizada, com subordinação dos magistrados às ordens, instruções ou diretivas dos seus superiores.

Neste domínio, a reflexão é tanto mais natural quanto é certo que a atual PGR exarou um despacho sobre a subordinação hierárquica, de que o Sindicato interpôs recurso junto do Supremo Tribunal Administrativo e que há anos aguarda que seja proferido acórdão.

O cumprimento das regras da hierarquia, de par com o alcance do conceito de autonomia do MP, que jamais se pode confundir com independência própria dos juízes, não pode, no mínimo, deixar de ser objeto de debate.

A infelizmente débil participação cívica da sociedade civil em Portugal mais justifica a compreensão e o interesse de iniciativas que promovam o debate sobre matérias que integram funções soberanas do Estado.

Qualquer análise crítica jamais poderá ser considerada fulanizada, tendo sido desejável que magistrados do MP, enquanto tais, se tivessem envolvido ou se envolvam no debate.

Partilho, por todas as razões, o conteúdo da parte da entrevista concedida ao jornal *Público* por um antecessor da atual PGR, Cunha Rodrigues, que refere "não se poder falar de campanhas e muito menos orquestradas", acrescentando ser "legítimo o escrutínio ao Ministério Público".

No seu entendimento, as regras da hierarquia devem ser repostas e, a existirem duvidas, elas atualmente só podem ser imputadas à legislação em vigor, como se resulta da entrevista.

Na verdade, a salvaguarda dos poderes legislativo, executivo e judicial, é uma pedra de toque de todos os responsáveis destes três poderes.

Porque na recente audição na Assembleia da República Lucília Gago não respondeu à pergunta que lhe formularam, sobre quem integrava a "campanha orquestrada" contra a própria e o MP, fica-se sem saber se essa campanha envolve também a ministra da Justiça, Rita Júdice, que invocou ter o próximo PGR de "arrumar a casa", o que conduziu a PGR a ficar "perplexa e surpresa", ou outras personalidades familiarizadas com a Justiça.

A imagem da Justiça, uma mulher com venda nos olhos, garante da imparcialidade, tendo numa das mãos uma balança, referência ao equilíbrio e noutra uma espada, que assegura a aplicação da lei, está mesmo muito fragilizada por múltiplas causas e também por factos com forte impacto público a que importa responder com medidas concretas e que salvaguardem direitos fundamentais dos cidadãos.

Refiro-me, por exemplo, aos espetáculos mediáticos para cumprimento de mandados de busca que fazem manchetes na comunicação social, expondo na praça pública cidadãos que legalmente gozam da presunção de inocência e que sofrem danos pessoais e familiares irreparáveis, sem que haja necessidade de os relembrar por serem sobejamente conhecidos.

A violação do segredo de justiça tornou-se uma banalidade e escutas telefónicas sem causa, independentemente do período que abrangem, uma só que fosse, não diminui a gravidade quando nada sucede ao fim de quatro anos, por exemplo, salvo o anómalo e as consequências que resultam das transcrições delas na comunicação social.

A gota de água que, aliás, impulsionou o *Manifesto dos 50*, teve por base um desses processos, em que num parágrafo se alega a suspeição de eventuais ilícitos, que estimularam a queda de um Governo com maioria absoluta, mas que um procurador-Geral Adjunto acabaria, mais tarde, publicamente por afirmar não ter a suspeição suporte em factos.

Inabitual é que Lucília Gago, enquanto PGR, sustente que, após o "MP fazer o seu trabalho não tenha mais que se preocupar com as consequências" ainda que as mesmas, alegadamente fundamentadas na igualdade dos cidadãos perante a lei, envolvessem um primeiro-ministro (de qualquer partido que fosse, digo eu), concluindo-se, a final, num acórdão do Tribunal da Relação, produzido em recurso na chamada *Operação Influencer*, que nenhuma consequência penal tinha lugar para a personalidade sob suspeita.

> **"Não estabelecendo a Constituição, como a legislação ordinária, restrições à nomeação, inclusive quanto à formação académica do PGR, salvo critérios de razoabilidade e, repescando de novo declarações de Cunha Rodrigues, dir-se-á que o próximo PGR deverá 'ter mundo e bom senso'."**

É natural que neste quadro os cidadãos se interessem pelo perfil do próximo PGR.

Não estabelecendo a Constituição, como a legislação ordinária, restrições à nomeação, inclusive quanto à formação académica do PGR, salvo critérios de razoabilidade e, repescando de novo declarações de Cunha Rodrigues, dir-se-á que o próximo PGR deverá "ter mundo e bom senso".

Concordando com esta declaração, a realidade parece aconselhar dever ser uma personalidade reconhecida como garante da salvaguarda dos direitos fundamentais do cidadão, não se descurando que o processo de indigitação não se deve limitar à indicação do nome por parte do Governo e à nomeação por parte do PR.

O envolvimento da participação da AR em termos a refletir e pelo que esta representa, como órgão de soberania do povo português, parece dever ser tido em conta.

Além do mais, regista-se que nos últimos tempos e coincidentemente os partidos representados na AR, exceto o Chega, reconhecem a necessidade da adoção de medidas que contribuam para o reforço da fragilizada imagem que os cidadãos têm da Justiça.

Existindo condicionalismos constitucionais para a envolvência da AR antes da formalização da nomeação, o nomeado poderá ser solicitado a comparecer na primeira Comissão para esclarecer o país sobre os objetivos que se propõe desenvolver durante o seu mandato.

Dito tudo isto, é desejável e saudável que se fale da Justiça como se fala de outros temas do Estado.

A Justiça não está mesmo acima do escrutínio.

Subscritor do Manifesto pela Reforma da Justiça *e presidente da Associação Cívica Participar+*



Opinião
Tiago Gaspar

Quando o legislador não tem juízo, o "bufo" é que paga

A nossa relação com a denúncia é complexa. Primeiramente, pois ao basearmos as nossas relações em afetos – inclusive, relações institucionais –, tornamos mais íntimo e constrangedor o ato de denunciar. Ademais, os estigmas remanescentes do Estado Novo, que naturalmente não sucumbem em apenas 50 anos, desincentivam-nos a agir.

Então, ridicularizamos e repudiamos "chibos" e "bufos", atribuindo à denúncia uma conotação negativa que reforça a sua repressão, e até às crianças repetimos desde tenra idade "não sejas queixinhas". Mas quantos crimes poderiam ter sido evitados se lhes fosse permitido fazer "queixinhas"? Paradoxalmente, como permitimos, sistematicamente, que as consequências para os denunciantes superem largamente as dos criminosos?

Felizmente, uma decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) impediu que tal vício saísse impune novamente esta semana.

Na sequência do afastamento de um assistente parlamentar que havia denunciado casos de assédio e irregularidades financeiras a envolver um deputado do Parlamento Europeu, o TJUE considerou que, ao limitar-se a informar o denunciante de que a não-renovação do seu contrato era a única proteção prevista, o Parlamento não assegurou que o mesmo não sofresse consequências prejudiciais face ao seu estatuto de denunciante. Conjuntamente, foi ainda considerado que o Parlamento violou o seu dever de confidencialidade ao divulgar, sem autorização, a condição de denunciante deste indivíduo, expondo-o assim a represálias.

Deste modo, quis a ironia do destino que este mesmo Parlamento, que há 5 anos aprovou uma diretiva específica e abrangente sobre a proteção dos denunciantes, fosse agora condenado por violar esta mesma diretiva e instado "a tomar todas as medidas necessárias para garantir aos denunciantes uma proteção equilibrada e eficaz contra qualquer forma de retaliação".

Contudo, não podemos depender exclusivamente dos tribunais – que envolvem altos custos e processos prolongados –, sob pena de hipotecar a vida daqueles que ousam denunciar.

Em Portugal, além de termos aguardado mais de dois anos pela transposição desta Diretiva Europeia para o ordenamento jurídico nacional, são facilmente identificadas inúmeras lacunas na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção dos Denunciantes de Infrações. Olhe-se, a título de exemplo, para uma questão fundamental: a obrigação de estabelecer canais de denúncia interna.

A legislação determina que empresas com mais de 50 trabalhadores implementem canais de denúncia interna. Todavia, de acordo com dados de 2022 fornecidos pelo Banco de Portugal, essa exigência exclui 98,2% das empresas portuguesas e mais de 50% dos trabalhadores em atividade. Além disso, conforme estipulado na mesma lei, estão isentas de canais de denúncia interna as Autarquias Locais que tenham menos de 10 mil habitantes, ou seja, 40% dos municípios do país.

A esta questão somam-se várias outras questões, tais como: **i**) a obrigação do denunciante ter motivos "sérios" para fazer valer a denúncia – quando a Diretiva Europeia apenas exige um motivo "razoável"; **ii**) a predefinição da impossibilidade de apresentação de uma denúncia externa; ou **iii**) só serem passíveis de serem considerados atos de retaliação se ocorridos até dois anos após a denúncia.

A fraca proteção providenciada aos denunciantes é, de facto, alarmante. Não só porque não promove a condenação de criminosos, mas, sobretudo, porque impede a prevenção e a dissuasão da perpetuação de práticas ilícitas – desde o assédio moral ou sexual (que, lamentavelmente, não se encontram abrangidos), até à criminalidade económico-financeira (na qual se insere a corrupção).

É, por isso, fundamental ampliar os setores e as formas de denúncia, simplificar o processo, garantir uma proteção efetiva contra retaliações (alicerçada na salvaguarda da segurança e do anonimato), fortalecer a fiscalização do cumprimento das normas e reforçar a assistência jurídica e psicológica.

Oxalá esta decisão do TJUE possa inspirar e incentivar o legislador – europeu e nacional – a implementar uma proteção reforçada de quem apenas procura a Justiça e o bem comum, porque quando o legislador não tem juízo, o "bufo é que paga".

> "A fraca proteção providenciada aos denunciantes é, de facto, alarmante."

Mestre em Desenvolvimento Internacional e Políticas Públicas
Membro Fundador da All4Integrity



Opinião
José Mendes

O *game changer* escondido no *Relatório Draghi*

Mario Draghi está de volta. O seu *Relatório sobre a Competitividade da União Europeia*, encomendado por Ursula von der Leyen e apresentado esta semana, é uma relevante reflexão sobre a forma de enfrentar a derrapagem económica que tomou conta da Europa.

Um olhar sobre a imprensa internacional revela um entusiasmo moderado. As mais de 400 páginas do relatório terão, segundo os mais céticos, uma ambição genuína de mudança, mas as ferramentas são sempre as mesmas, implicando um esforço de investimento de 750 mil milhões de euros anuais, ao longo de um quinquénio.

Como o Diabo está sempre nos detalhes, Draghi coloca o dedo na ferida e sinaliza aquilo que, na minha leitura, é o elemento crítico, o *game changer* que o futuro da Europa reclama. Refiro-me à alteração do modelo de governança, acabando com os seus dois cancros: as regras de decisão e a burocracia.

O ponto de partida do antigo governador do BCE é a constatação de que a UE experimenta contínuas dificuldades na manutenção dos seus valores, nomeadamente o da prosperidade. À estagnação relativa da economia e perda de competitividade, sobrepõe-se a concorrência musculada do Estados Unidos e da China. Draghi fez as perguntas clássicas dos estrategas, encontrando respostas interessantes e viáveis.

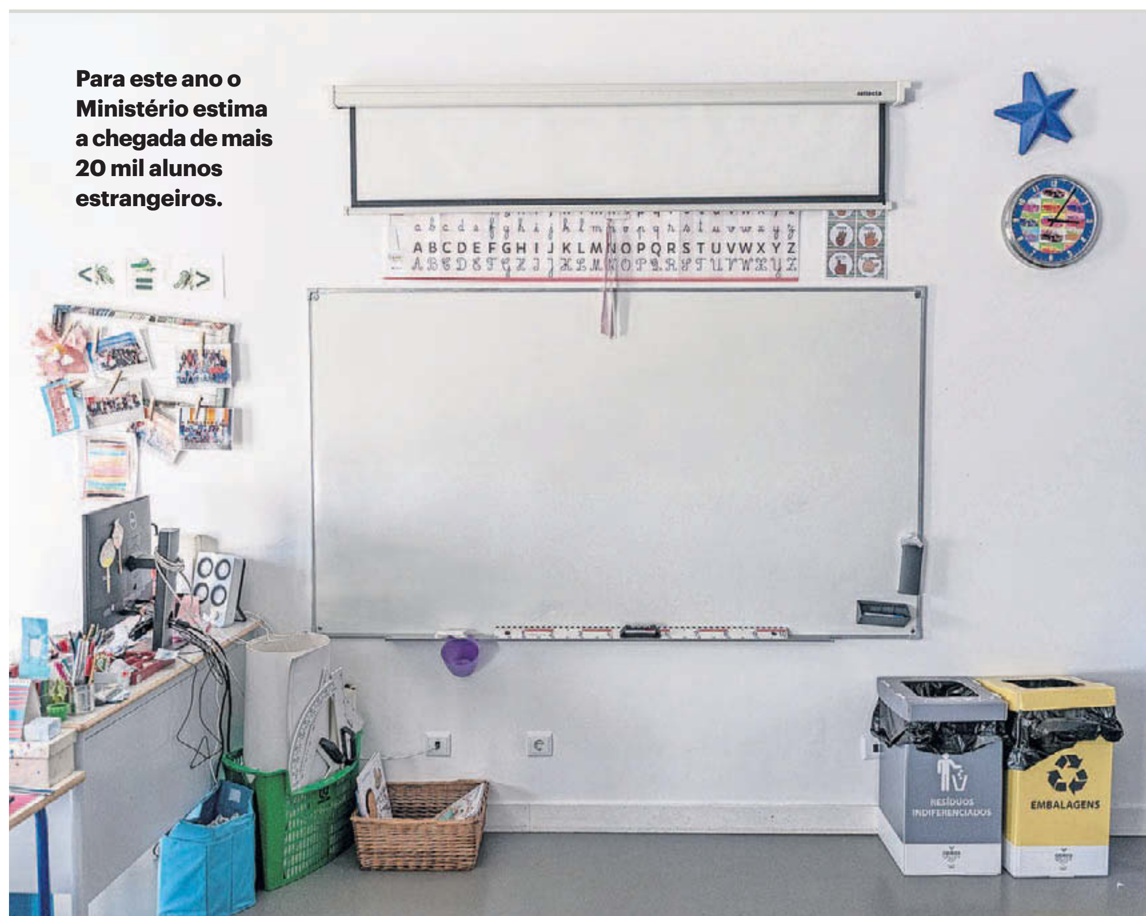
Começou pelo básico: quais são as alavancas do crescimento no futuro, onde temos necessariamente de ser competitivos? E a resposta só podia ser o desígnio da descarbonização e a inovação consequente. A economia verde, incluindo as energias limpas, está a tornar-se o novo paradigma e a UE não se pode ficar pela liderança no discurso. Tem de investir massivamente e atalhar caminho na inovação, reduzindo a sua dependência de outros *players*. Para isso, o relatório aponta para a mobilização de volumes de investimento nunca vistos, através de dívida mutualizada.

A segunda questão – quais são as ameaças que reclamam maior resiliência? – remete para a Segurança e a Defesa. O valor da estabilidade europeia está em crise, com temas como o terrorismo, a imigração e a guerra, que está agora junto às fronteiras do bloco. Draghi advoga a aposta numa maior autonomia em termos de Defesa, algo que também dinamizaria muito a inovação na indústria e no digital.

Por fim, a questão crítica: o que nos afeta o caminho e tolhe o ritmo? Draghi não é meigo na crítica à burocracia, aos lentos processos de elaboração de políticas e aos processos de decisão política, que não poucas vezes estão sujeitos a vetos nacionais, recordando que a produção legislativa e reguladora na Europa é o dobro da americana.

Este é o diferenciador que nos está a atrasar, mas que os líderes nacionais teimam em manter. A verdade é que, entre os receios e a inércia, a UE vai ficando para trás e hipotecando o seu mais valioso estatuto: ser, ainda, o melhor lugar do mundo para viver.

Professor catedrático



Para este ano o Ministério estima a chegada de mais 20 mil alunos estrangeiros.

(ANDRÉ LUÍS ALVES / GLOBAL IMAGENS)

140 mil, 187 nacionalidades. Alunos estrangeiros são quase 14% dos estudantes do Básico e Secundário

EDUCAÇÃO Ministério da Educação anunciou várias estratégias para dar resposta ao aumento acentuado de alunos migrantes – mais 160% em 5 anos. Diretores escolares saúdam as medidas, mas pedem mais.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

Em cinco anos, o número de alunos estrangeiros nos Ensino Básico e Secundário aumentou mais de 160%. São hoje 140 mil os estudantes inscritos na escola pública, de mais de 187 nacionalidades. No ano letivo 2018/2019 eram 53 mil, representando 5,3% do total dos alunos matriculados. Em 2023/2024 já representavam 13,9% do total de alunos do Ensino Básico e Secundário. E para este ano, o ME estima a chegada de mais 20 mil.

Mais de metade dos alunos com nacionalidade estrangeira são brasileiros (52%) e cerca de 7 em cada 10 são da CPLP (72%). Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Índia, Venezuela, Paquistão, Bangladesh, Colômbia, Argentina e Rússia são as nacionalidades com maior aumento de número e percentagem de alunos entre 2018/19 e 2023/24. Em média, as escolas têm alunos de 19 nacionalidades (eram 11 em 2018/2019) e há estabelecimentos com estudantes de 46 nacionalidades. O Português não é a língua materna de 3 em cada 10 alunos migrantes.

Para fazer face a esse "aumento acentuado" de crianças e jovens estrangeiros nas escolas, o ME anunciou várias medidas de "Integração e Sucesso dos Alunos Migrantes". A grande novidade face aos anos letivos anteriores é a contratação de mediadores linguísticos e culturais, cujo impacto orçamental está calculado em 9,5 milhões de euros(45% financiado pelo PESSOAS2030). Assim, chegarão às escolas que recebem mais alunos migrantes 272 mediadores. Será atribuído um mediador por cada 20 alunos (valor para crédito horário ou equivalente financeiro). O foco está nos estudantes recém-chegados ao Sistema Educativo português, com nacionalidade estrangeira e origem não-CPLP.

A nova medida é aplaudida por Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), embora afirme tratar-se de "algo que muitas escolas já faziam, com uma equipa destacada para acompanhar os alunos estrangeiros e fazer esse papel de mediador". "É muito importante melhorar o acolhimento dos alunos estrangeiros e a contratação de mediadores é uma medida muito positiva", sublinha.

O representante dos diretores escolares lembra que "as escolas vão precisar de contratar esses mediadores e vão precisar de algum tempo para trabalho administrativo e concursos a realizar" e, por isso, considera "importante que o ME faça chegar às escolas as orientações das medidas anunciadas".

Diretores contra "medidas a vapor, daquelas que se anunciam e se desvanecem"

O presidente da ANDAEP receia que as iniciativas anunciadas sejam "medidas a vapor, daquelas que se anunciam e se desvanecem". "É preciso operacionalizar rapidamente a aplicação dessas medidas que me parecem positivas. O ME tem de avançar rápido na área do acolhimento. Todos os dias chegam às escolas alunos estrangeiros", alerta.

Filinto Lima diz estar expectante para ver se as medidas resultam e sublinha ser necessário "concretizar." "O ME anunciou muitas medidas, mas é preciso levá-las à prática e isso é para ontem", sustenta. A integração dos alunos estrangeiros é, segundo o responsável, "um dos maiores desafios da escola pública". As escolas precisam, por isso, do "apoio da tutela". "Temos escolas com mais de 40 nacionalidades e um pouco por todo o país, não apenas em Lisboa ou Algarve. É enriquecedor, mas temos de acolher da melhor maneira", conclui.

Revisão do Português Língua Não-Materna

Este novo ano letivo traz mudanças na disciplina de Português Língua Não-Materna (PLNM), com a introdução de um nível zero. Uma mudança pedida, várias vezes, pelos diretores escolares. Contudo, as escolas ainda não sabem como se vai operacionalizar.

Filinto Lima relembra que a legislação em vigor não mudou, sendo obrigatório um grupo com o mínimo de 10 alunos para que estes possam ter acesso à disciplina, que conta com um máximo de cinco tempos semanais. "A portaria que está ainda em vigor corta autonomia às escolas. Uma das grandes falhas da integração dos alunos migrantes é o PLNM. Por outro lado, não temos professores de Português, nesta fase em que há escassez de docentes. As escolas deveriam poder atribuir a lecionação dessa disciplina, por exemplo, aos professores de língua, de Francês, Espanhol ou Inglês", defende.

O ME pretende ainda alargar "a todas as provas e exames a garantia de condições diferenciadas na sua realização, para alunos que frequentam a disciplina de PLNM".

Ensinar Português aos pais dos alunos migrantes

Do pacote de medidas anunciadas faz parte o ensino de Português aos pais dos alunos estrangeiros, de forma a "integrar famílias e comprometê-las com o sucesso escolar". O ME vai alargar a rede de cursos de língua portuguesa para estrangeiros (Português Língua de Acolhimento) e aumentar o financiamento para estes cursos, medida suportada pelo financiamento do PESSOAS2030, com início em janeiro do próximo ano. "Pretende-se potenciar a compreensão da língua, a integração social e o envolvimento dos pais na vida escolar dos seus filhos – fator determinante para o sucesso escolar", clarificou o ministro da Educação, Fernando Alexandre, aquando do anúncio das medidas. "Já existe esse apoio há bastante tempo em muitas escolas, mas é bom reforçar", sublinha Filinto Lima.



ANTÓNIO PEDRO SANTOS / LUSA

Também mensagens anticapitalismo foram visíveis.

600 manifestantes saíram à rua com palavras de ordem contra a violência policial

LISBOA Protesto assinala caso judicial de Cláudia Simões e 3.º aniversário dos óbitos de Danijoy Pontes e Daniel Rodrigues.

Cerca de 600 pessoas realizaram ontem uma marcha entre o Estabelecimento Prisional de Lisboa e o Martim Moniz para exigir justiça por todas as vítimas de violência policial.

O protesto *E se fosse contigo?* foi organizado por vários movimentos antirracistas que pedem a "revogação da sentença e de reparação da violência infligida pela polícia e pelo Sistema Judicial a Cláudia Simões".

Os manifestantes seguravam tarjas com as inscrições "A nossa paixão pela liberdade é mais forte que as vossas grades" e "Contra todas a prisões".

A manifestação visou assinalar ainda o 3.º aniversário dos óbitos de Danijoy Pontes e Daniel Rodrigues, que morreram no dia 15 de setembro de 2021, com minutos de diferença, no Estabelecimento Prisional de Lisboa.

Os participantes na manifestação denominada *Justiça por Cláudia Simões e Todas as Vítimas da Violência Policial* partiram do Estabelecimento Prisional de Lisboa pelas 17.00, uma hora depois do previsto, após uma homenagem a Danijoy Pontes e Daniel Rodrigues.

O caso de Cláudia Simões remonta a 19 de janeiro de 2020, numa paragem de autocarro na Amadora, quando a cozinheira se envolveu numa discussão entre passageiros e o motorista de um autocarro da empresa Vimeca, pelo facto de a filha, à data com 8 anos, se ter esquecido do passe.

Chegados ao destino, o motorista decidiu chamar a polícia e, após alguns momentos de tensão, o agente Carlos Canha decidiu imobilizar Cláudia Simões, no chão, junto à paragem de autocarro, depois de a mulher se recusar a ser identificada. O caso ganhou mediatismo com a posterior difusão nas redes sociais de vídeos da confusão à saída do autocarro e de imagens dos ferimentos de Cláudia Simões.

A sentença do Tribunal de Sintra, conhecida no dia 1, condenou Cláudia Simões por morder o agente da PSP Carlos Canha, enquanto o polícia foi absolvido das acusações de agressão na detenção da cozinheira.

A juíza Catarina Pires aplicou uma pena de oito meses de prisão a Cláudia Simões, suspensa na execução, por um crime de ofensa à integridade física qualificada.

Já o polícia Carlos Canha não foi condenado por ter agredido Cláudia Simões, embora o tribunal lhe tenha aplicado uma pena suspensa de três anos por ter agredido outros dois cidadãos, Quintino Gomes e Ricardo Botelho, que foram levados para a esquadra na sequência do mesmo caso. **DN/LUSA**

Mais de 8 mil colocados na 2.ª fase

A Direção-Geral do Ensino Superior revelou que foram colocados 8029 estudantes na 2.ª fase do Concurso Nacional de acesso ao Ensino Superior público de 2024. No total, candidataram-se 19 644 alunos.

O número de vagas colocadas a concurso foi de 9659, às quais acresceram as 2011 vagas que foram libertadas por candidatos da 1.ª fase que foram agora colocados na 2.ª, além de 87 vagas adicionais. No total, não foram ocupadas 3728 vagas.

Segundo o comunicado do Ministério da Educação enviado às redações, 9156 alunos já tinham obtido colocação e 7178 estavam matriculados em Instituições do Ensino Superior na 1.ª fase do concurso.

Os estudantes colocados devem realizar a sua matrícula e inscrição entre 16 e 18 de setembro.

As candidaturas para a terceira fase do concurso decorrem entre 21 a 24 de setembro através do *site* da DGES. A abertura da 3.ª fase do concurso fica à escolha de cada Instituição do Ensino Superior.

A Escola Superior de Enfermagem do Porto e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa esgotaram agora o número de vagas na 2.ª fase do concurso. Relativamente às áreas de Informação e Jornalismo, Direito e Serviços de Transporte estão de momento com zero vagas sobrantes.

Durante a 1.ª fase do concurso foram colocados 49 963 novos estudantes, num aumento de 1,1% face ao ano anterior. O número de alunos que realizaram a matrícula e inscrição na 1.ª fase foi de 45 268 (91%).

DN



REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA EM PORTUGAL

Alcides Meirinhos e Suzana Ruano na aula durante o *Summer CEmp*, a escola de verão da Representação da Comissão Europeia em Portugal, que decorreu em Miranda do Douro.

“Há uma maneira de dizer o mundo que só pode ser dita em mirandês”

DIA DA LÍNGUA MIRANDESA Passaram 26 anos desde o reconhecimento no Parlamento, mas ainda há muito a fazer. Instituto para apoiar e promover a língua pode estar finalmente para breve.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Sabe como se chama o alimento que os pássaros levam no bico para os filhotes que estão no ninho? Em português não existe uma palavra, mas em mirandês há: çubiaco. “Há uma maneira de dizer o mundo que só pode ser dita em mirandês”, contou Alcides Meirinhos, da Associaçon de la Lhéngua i Cultura Mirandesa, dando outros exemplos numa aula aos jovens que participaram no *Summer CEmp*, que decorreu em Miranda do Douro. “Eu sonho em mirandês”, revelou.

O *Dia da Língua Mirandesa* assinala-se na próxima terça-feira, 26 anos depois da data em que a Assembleia da República reconheceu o mirandês como a segunda língua oficial do país. “Para nós é bonito que se fale que o mirandês é a segunda língua oficial, mas não é verdade. O mirandês é uma língua com direitos reconhecidos e isso é diferente. Se fosse uma língua oficial não estaríamos com este receio de que desaparecesse e há tanto tempo à espera de que o Governo fizesse algo”, explicou ao DN a presidente da Câmara de Miranda do Douro, Helena Barril.

A autarca social-democrata diz contudo que há uma luz ao fundo do túnel. “Há já uns meses que temos tido reuniões ao mais alto nível com o Governo. E nos dias 19 e 20 de setembro vai haver uma reunião presencial aqui em Miranda com vista à criação de um organismo para apoiar e ajudar a promover o mirandês”, referiu.

Por uma questão prática, quando se fala desse organismo fala-se de um Instituto da Língua Mirandesa, mas não se sabe ainda que orgânica terá. “A reunião servirá para começar a dar corpo à orgânica deste organismo, que será sempre na dependência do Governo Central, que não será manietada por quem está no poder autárquico”, disse.

Para Alcides Meirinhos, a criação do tal instituto é apenas uma das três coisas “nucleares” que é preciso ser feito a nível administrativo para ajudar o mirandês. “Miranda já perdeu 300 mil euros porque politicamente nada foi feito neste sentido”, explicou, lembrando que houve uma dotação de 100 mil euros para o mirandês no Orçamento de 2023 e que houve uma duplicação desse valor em 2024. “Foi dinheiro orçamentado que não foi executado”, referiu ao DN.

> “O que falta é gente. Os netos não falam com os avós em mirandês, porque não vivem com os avós (...) estão nas cidades e uma língua só se mantém se houver uma oralidade diária”, disse Paulo Meirinhos.

A segunda prioridade é a ratificação da *Carta Europeia das Línguas Minoritárias*, que já vem de 1992 e foi aprovada pelo Governo português em 2021 – mas nunca chegou à Assembleia da República. Esta carta tem como objetivo “proteger e promover as línguas regionais ou minoritárias enquanto elemento ameaçado do Património Cultural da Europa”.

A terceira e última prioridade, segundo Meirinhos, é a criação de um quadro de professores do mirandês. Desde o ano letivo de 1986/1987 que esta língua é uma disciplina de opção nas escolas da região de Miranda do Douro, sendo que 85% dos alunos estão inscritos. Ainda assim, há muito a fazer, a nível de manuais escolares. Segundo um estudo da Universidade de Vigo, estima-se que haja apenas cerca de cinco mil falantes na Terra de Miranda.

“Há aulas nas escolas, mas isso não é o suficiente para se manter uma língua”, explicou ao DN Paulo Meirinhos (sem parentesco com Alcides), do grupo Galandum Galundaina, que com a sua música espalham o mirandês pelo mundo. “O que falta é gente. Os netos não falam com os avós em mirandês, porque não vivem com os avós. A gente vai embora daqui. Os netos estão nas cidades e uma língua só se mantém se houver uma oralidade diária”, insistiu, queixando-se do “despovoamento galopante” e defendendo uma “discriminação positiva” com políticas para fixar as pessoas.

Mas afinal, de onde vem o mirandês? É uma língua que nunca foi o português, derivada do asturo-leonês e falada na Região de Miranda do Douro ainda antes da fundação do país. Até à sua identificação e estudo por José Leite de Vasconcelos, no final do século XIX, era uma língua não-escrita, conseguindo passar de geração em geração apenas pela oralidade durante mais de nove séculos. Mesmo quando a igreja a proibiu na cidade, após a constituição do Bispado de Miranda em 1545 – os padres diziam que não se podia rezar a Deus em mirandês, porque era a língua do Diabo. No Estado Novo, as crianças eram castigadas na escola se falassem o mirandês.

Desde o seu reconhecimento, há 26 anos, a situação mudou e tem-se apostado nesta língua que “marca a identidade de um território”, segundo Helena Barril. Neste *Dia da Língua Mirandesa* há muitas iniciativas previstas, desde a apresentação do *site* em mirandês na RTP-Ensina até à divulgação do audiolivro *Mensaige*, de Fernando Pessoa, na plataforma digital da Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Haverá ainda apresentação de livros e a assinatura de um acordo de cooperação com o Instituto Politécnico de Bragança e a Associaçon de la Lhéngua i Cultura Mirandesa.

susana.f.salvador@dn.pt

Leia este texto em mirandês em www.dn.pt



Opinião
Alfredo Cameirão

Em vésperas do *Dia da Língua Mirandesa*, o DN publica o mesmo artigo em português e em mirandês

Fecundar o futuro – 26 anos da publicação da Lei do Mirandês

No dia 17 de setembro, cumprem-se 26 anos da aprovação – por unanimidade, do extremo direito ao extremo esquerdo – daquela que haveria de ser a Lei n.º 7/99, a lei que reconhece os direitos linguísticos da comunidade mirandesa. Por essa razão, o dia 17 de setembro é celebrado como Dia da "bLhéngua".

Este dia foi um dos "marcos miliários" mais importantes do caminho, também ele já "miliar", da língua mirandesa, mormente ao nível das mentalidades, dado haver permitido a todo o Portugal – e ao mundo – perceber, com a força da letra da Lei, que os mirandeses não falavam mal, falavam diferente, outra língua.

Do ponto de vista linguístico, o mirandês é uma língua novilatina, da família das línguas ásturo-leonesas, que se terão falado em todo o território do antigo Reino de Leão, do qual a Terra de Miranda era parte integrante. No século XII, quando Portugal nasceu (parido do tal Reino de Leão), falava-se leonês/mirandês nesta parte do território que hoje conforma o Nordeste Transmontano. E continuou a falar-se até hoje.

Ao contrário daquilo em que frequentemente nos querem fazer acreditar, Portugal sempre foi, desde o começo, um país com mais do que uma língua e essa verdade histórica, ao contrário de dividir, acrescenta riqueza e diversidade ao país.

Durante a passagem dos séculos e mercê das "malhas que os impérios tecem", a língua leonesa, a par do Reino de Leão, foi enfraquecendo e, por maioria de razões, deste lado da raia, o mirandês seguiu o mesmo caminho. Segundo o último estudo sociolinguístico sobre a "lhéngua" (realizado por uma equipa da Universidade de Vigo – o que, de certa forma, mostra bem o interesse no mirandês por parte das instituições portuguesas), o mirandês, falado por umas 3500 pessoas, é uma língua minoritária que sofre muitos dos problemas comuns a todas elas: despovoamento e envelhecimento dos falantes, corte na transmissão intergeracional e, claro, falta de uma política linguística forte por parte do poder central. O mesmo estudo afirmou também que, se Portugal não tratar o mirandês de forma séria e medidas fortes, esta língua poderá deixar de ser usada como ferramenta de comunicação quotidiana nas próximas décadas.

É disso que falamos, o diagnóstico está feito e a receita passada: hoje, as medidas mais importantes e urgentes – e que dependem do poder central – são: **i)** ratificação da *Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias* (que Portugal já assinou em 2021); **ii)** criar uma instituição que possa ser a cara, se responsabilize, trate e resguarde a "lhéngua" (medida prevista no Orçamento do Estado de 2024, mas ainda não concretizada) e **iii)** reforçar e dignificar a presença do mirandês na escola de Miranda do Douro e junto das novas gerações. Medidas exequíveis, as quais significam "migalhas" em custos financeiros.

Como já se disse, disto depende em muito o futuro da "lhéngua". O poder central de Portugal não pode lavar as mãos. Os mirandeses, continuamos a contar com Lisboa, certos de que, como em toda a nossa História de gente afeita a sacar pão das pedras, o futuro vai depender daquilo que nós próprios sejamos capazes de fazer. Os mirandeses trouxeram a língua por encostas bem escalavradas até ao século XXI e, para a levar ainda mais para a frente, para poder colher frutos no futuro, tal como diz um amigo filósofo, o que há que fazer é singelo e os mirandeses já o fizeram muitas vezes: há que fecundar o futuro.

Amprenhar l feturo – 26 anhos de la publicaçon de la Lei de l Mirandés

Die 17 de setembre que ben, fai 26 anhos que fui aporbada – por ounanemidade, de la punta dreita a la punta squierda – aqueilha q'haberie de benir a ser la Lei 7/99, la lei que reconhece ls dreitos lhenguísticos de la quemunidade mirandesa. Por bias disso, l die 17 de setembre ye celebrado cumo l *Die de la Lhéngua*.

Este die fui un de ls "marcos miliários" mais amportantes ne l camino, tamien el yá "miliar", de la lhéngua mirandesa, mormente al nible de las mentalidades, yá que permetiu a todo Pertual – i al mundo – antender cun fuorça de letra de Lei, que ls mirandeses nun falában mal, falában çfrente, outra lhéngua.

De l punto de bista lhenguístico, l mirandés ye ua lhéngua nobilhatina, de la família de las lhénguas sturlhionesas, que se haberán falado an todo l território de l antigo Reino de Lhion. Ne l seclo XII, quando Pertual naciu (parido de l tal Reino de Lhion), falaba-se lhionés/mirandés neste cacho de l território que hoije ye l Nordeste Stramuntano. I ten-se falado até hoije.

Al cuntrairo daquilho que muita beç mos cuntórun, Pertual siempre fui, zde l ampeço, un paíç cun mais de ua lhéngua i essa berdade, al cuntrário de debedir, multeplica i acrecenta la riqueza de l paíç.

Durante da passaige de ls seclos i por bias de las "malhas que l ampérios técen", la lhéngua lhionesa, a la par de l Reino de Lhion, fui-se anfraquecendo i, por maiorie de rezones, deste lhado de la raia, l mirandés seguiu l mesmo camino. Segundo l último studo sociolhenguístico subre la lhéngua (fazido pula Ounibersidade de Bigo, l que de cierta forma puode amostrar l antresse na lhéngua por parte de las anstituiçones pertuesas)l mirandés, falado por 3500 pessonas, ye ua lhéngua minoritaira que sufre muitos de ls porblemas quemunes a todas eilhas: çpoboamento i anbelhecimento de ls falantes, corte na passaige de la lhéngua antre las geraçones nas famílias i, claro, falta de ua política lhenguística séria i fuorte por parte de l poder central. L mesmo studo dixo tamien que se Pertual nun mirar para l mirandés cun sentido sério i medidas fuortes, la lhéngua poderá deixar d'eizistir cumo feramienta de quemunicaçon a diário durante las próssimas décadas.

Ye disso que se trata, l diagnóstico stá fazido i la receita passada: las medidas mais amportantes i ourgentes – que dependen de l poder central – hoije mesmo son: **i)** rateficaçon de la *Carta Ouropeia de las Lhéngua Regionales i Minoritairas* (que Pertual yá assinou an 2021); **ii)** criar ua anstituiçon que seia la cara, se respunsabelize, trate i resguarde la lhéngua (medida prebista na Lei de l Ourçamento de Stado de 2024); **iii)** reforçar i denificar la persença de la lhéngua mirandesa na scola de Miranda i junto de las nuobas geraçones. Cousas "fazibles" i que an custos signífican forfalhas (migalhas).

Cumo yá se dixo, l feturo de la lhéngua depende muito destas medidas. L poder central de l paíç nun puode lhabar las manos. Ls mirandeses cuntinamos a cuntar cun Lisboua, mas ciertos de que, cumo an toda la nuossa Stória de gente afeita a sacar l pan de las piedras, l feturo bai a depender de l que nós mesmo séiamos capazes de fazer. Ls mirandeses trazírun la lhéngua por cuostas bien scalabradas até l seclo XXI i hemos de la lhebar inda mais palantre. Cumo diç un amigo filózofo, se quieres colher fruitos ne l feturo l que hai que fazer ye singelo i ls mirandeses yá lo fazírun muita beç: hai que amprenhar l feturo.

Associaçon de la Lhéngua i Cultura Mirandesa

A transparência do custo de carregamento deverá ser melhorada.

MOBILIDADE Oito mil novos condutores experimentam todos os meses a mobilidade elétrica. É um universo que cresceu 23% em julho, mas onde subsistem muitos mitos, Temas que estiveram em debate na conferência inaugural da PMS 2024, uma iniciativa da Global Media Group e da Notícias Ilimitadas, que conta com o apoio da Oeiras Valley.



Empresas representam 80% dos utilizadores de carros elétricos

TEXTO **CARLA AGUIAR**

Todos os meses chegam à mobilidade elétrica cerca de oito mil novos condutores em Portugal. Mas, apesar de estar em expansão, ainda pairam muitos mitos em torno deste mercado, que cresceu 23% em julho. Da real autonomia dos veículos à longevidade das baterias; da logística e custo de carregamento à necessidade de manutenção, *performance* ou risco de incêndio, são várias as dúvidas de quem pondera adquirir um veículo elétrico. É um quadro algo inquietante, se tivermos em conta que a indústria europeia deverá deixar de construir veículos a combustão já a partir de 2035 para alcançar a neutralidade carbónica, e que, mais cedo que tarde, a norma passará a ser elétrica.

O elevado custo de aquisição e algum desconhecimento sobre as reais vantagens do modo elétrico têm contribuído para que estes veículos ainda não representem sequer 2% do parque automóvel nacional e que sejam maioritariamente frotas de empresas, em cerca de 80% dos casos.

Isso mesmo concluíram os oradores da primeira *Mobi Conversa*, no âmbito do Portugal Mobi Summit 2024, que procurou desmistificar alguns conceitos ligados

a este universo. Por isso mesmo, todos defendem a continuação do sistema de incentivos públicos à compra destes veículos, para chegarem também aos particulares.

"Ainda é preciso fazer muito para desmistificar tudo o que envolve a mobilidade elétrica. Temos oito mil pessoas por mês a chegar a mobilidade elétrica, mas há ainda que passar muita informação ao mercado", disse Pedro Faria, presidente do conselho executivo da Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos (UVE). Até porque muitos dos que chegam a este mundo não são eles próprios os entusiastas, recebendo os carros de serviço das empresas, que representam cerca de 80% deste mercado, em conjunto com os empresários em nome individual. Para aquele responsável, "muitos dos mitos ainda vêm da experiência com os veículos de primeira geração", mas, lembrou, "houve uma enorme evolução".

Existem, no entanto, alertas que Pedro Faria faz questão de fazer. Por exemplo, "carregar um híbrido *plug-in* a 100% na rede pública é um erro, assim como optar por um híbrido *plug-in*, se não tiver onde o carregar". E acrescenta que, como estes veículos "exigem muita disciplina, o que acontece é que andamos a transportar o peso da bateria". Ou seja, "tiveram uma função importante no início", mas agora não são uma solução que a UVE recomende a quem não tenha garagem. O mesmo não se aplica aos veículos 100% elétricos, que "fazem sempre sentido, até porque isto não é só uma questão de custo, mas também de cumprir os objetivos climáticos", concluiu o presidente da UVE.

Do lado dos operadores, o diretor da Galp para a Mobilidade Elétrica, Nuno Bonneville, considerou que a empresa tem feito um esforço, desde 2010, para reduzir a ansiedade dos utilizadores com a autonomia dos veículos, com "a rede de carregamento mais ampla de Portugal". A operadora conta com "5 mil pontos de carregamento disponíveis, 15% rápidos e 10% ultrarrápidos e outros 1500 pontos em Espanha", disse. "No ano passado tivemos um crescimento de 67% nas sessões de carregamento e este ano estamos a ultrapassar esses valores na rede como um todo", o que também atesta a expansão deste mercado.

"Hoje em dia, já não há problema em fazer viagens, pois temos onde carregar", garante Nuno Bonneville, mas, avisa, "é bom



Nuno Bonneville
Diretor para a Mobilidade Elétrica, Galp



Adelindo Dinis
Editor do site Weletric



Pedro Faria
Presidente do conselho executivo da UVE



Nuno Mendonça
Diretor-geral Audi Portugal

planear a viagem" e usar as *apps* disponíveis para saber se os carregadores estão operacionais. "Estamos bem preparados em Portugal, mas há que mentalizar que, nos primeiros tempos, não é como abastecer na bomba."

Uma matéria que incomoda os utilizadores é a falta de transparência sobre o preço do carregamento da rede pública, que não é totalmente conhecida no momento exato da carga. Em Portugal, cada utilizador pode carregar em qualquer posto, independentemente do operador com quem tenha contrato de eletricidade, mas não tem acesso no momento da carga às taxas que cada operador vai cobrar. Essa é uma matéria que deverá ser simplificada com o regulamento europeu AFFIR, que tornará também possível pagar com um simples cartão bancário em qualquer país. "Temos estado em conversa com os *stakeholders* do setor para propor ao legislador que inclua essas novidades", disse o responsável da Galp.

Abdicar do prazer de conduzir e outros mitos

Questionado por Paulo Tavares, curador da Mobi Summit, sobre o contributo das marcas automóveis para a expansão da mobilidade elétrica, o diretor-geral da Audi Portugal disse que ocorre a vários níveis. Por um lado, "temos a visão da Audi de só ter veículos elétricos até 2035, mas vamos tentar antecipar essa meta, já para 2030, em Portugal", disse Nuno Mendonça. E "já ampliámos a gama elétrica e-tron, com o lançamento de três novos modelos, o que significa que teremos oito modelos elétricos", disse aquele responsável.

Sobre o mito de abdicar do prazer da condução – outra dúvida recorrente – "não temos de prescindir do gozo de guiar ou de ter um automóvel bonito. Quando lançámos o e-tron ganhámos, aliás, o prémio de *design*". Por outro lado, "eu, que sempre fui aficionado de condução desportiva, posso assegurar que nada bate aquele binário e uma ultrapassagem é muito mais segura, em conforto e segurança", diz Nuno Mendonça. "Toda a inércia do veículo elétrico ajuda a que a travagem seja mais rápida."

Mas o papel das marcas não se esgota aqui, pois há ainda uma relevante "ação de aconselhamento aos clientes e também à formação das equipas comerciais e de manutenção", acrescentou.

Do lado da comunicação social, o jornalista Adelino Dinis, editor do *site* Weletric, destacou o papel do setor para informar com rigor e ajudar a desmistificar as muitas ideias erradas que circulam sobre estes veículos. E uma das mais insistentes tem a ver com a sua alegada maior propensão para incêndios, quando a teoria diz o contrário. "Há alguns vícios naturais dos leitores, como procurar informação que vai a favor das suas convicções – por exemplo, o hidrogénio *versus* o elétrico, sem pensar em toda a infraestrutura que esse modelo implica", diz.

Em todo o caso, convém lembrar que "a mobilidade elétrica não é uma moda. É descarbonização, saúde pública, energia verde e é o futuro", observa Adelino Dinis. Por outro lado, considera que os receios que têm surgido ultimamente sobre estes veículos são normais, porque "quando chega uma tecnologia disruptiva, há a tendência inicial para acreditar que ela vai resolver todos os problemas, mas depois aparecem os problemas e passamos a subestimar o impacto positivo", indo de um extremo ao outro.

Também o presidente da UVE se referiu ao boato recente de que um incêndio teria sido causado por um veículo elétrico. "Recebemos, na associação, telefonemas de pessoas assustadas", confirma Pedro Faria. Houve uma notícia nesse sentido e, depois, apesar de o responsável da Proteção Civil ter vindo dizer que isso não era verdade, criou-se uma ideia que viralizou.

Sobre este ponto, Nuno Bonneville refere que a probabilidade de incêndio num VE é 50% a 60% inferior ao de um veículo a combustão, o que não quer dizer que não possa acontecer, como tem, aliás, acontecido.

Vale ou não vale a pena?

Sobre as vantagens dos veículos elétricos, é do conhecimento geral que exigem menor manutenção, "bem menos que metade", tendo em conta que têm centenas de peças a menos e não sofrem o mesmo desgaste do calor provocado pela combustão. Em todo o caso, o responsável do canal *online* sobre mobilidade elétrica diz que "precisam sempre de alguma manutenção" e critica o facto de alguns concessionários – não é o caso da Audi, sublinha – cobrarem um preço/hora superior aos elétricos. Na sua opinião, "há uma dimensão preocupante" que é o de tudo assentar na digitalização. "Tenho receio que a indústria não esteja a evoluir tão depressa na atualização de *software*", diz o jornalista especializado.

Quanto ao custo, a comparação é, em regra, favorável ao carro elétrico. Mas, como avisa Adelino Dinis, tudo depende também do tipo de uso e das condições que o utilizador tem para o carregar. Por exemplo, Nuno Bonneville aponta que o SUV e-tron que conduz tem uma autonomia de 650km, que dá para ir de Lisboa a Braga e permite carregar 270km em dez minutos, num carregador ultrarrápido, mas, na rede pública, "não fica barato".

Já Adelino Dinis refere a experiência de quem conduz um utilitário, com autonomias de 260 a 280km, recomendando sempre um planeamento da viagem e sair mais cedo de casa. Se racionalizarmos a forma de viajar, é perfeitamente tranquilo, diz. "Levo o portátil, ponho o carro a carregar e aproveito para ver *e-mails*". Mas, lembra, se quiser fazer Portimão-Braga a 140km/h sem parar e com ar condicionado, já é totalmente diferente. Tal como é diferente a experiência de fazer muitos quilómetros todos os dias ou de circular no Litoral ou no Interior.

A UVE compara preços e chegou à conclusão de que, desde meados de 2023, em termos médios o custo de carregamento em rede pública é superior ao preço do gasóleo para percorrer 100km. Quem estiver totalmente dependente da rede pública terá de ter opções, escolher bem o binómio e optar por carregamentos mais lentos e de proximidade, aconselha.

Sobre as baterias, o diretor-geral da Audi disse que boa parte dos carros já têm *software* que indica a melhor maneira de as proteger. "Umas não devemos carregar a 100% e, se sim, devemos iniciar a sua descarga; já outras devem mesmo ser carregadas a 100%, é preciso conhecer o seu veículo." Oito anos de garantia é o *standard* da indústria, havendo marcas que chegam aos 10 anos, se o carro estiver associado a uma manutenção programada. Mesmo num setor em rápida e permanente evolução, cada caso ainda é um caso na hora de escolher a solução acertada.

8106

Em julho de 2024 foram matriculados 8106 veículos elétricos, dos quais 4944 são 100% elétricos e 3162 são híbridos *plug-in*, entre novos e importados usados, em todas as categorias.

23%

As vendas de carros elétricos cresceram 23% em julho em termos homólogos, ao contrário do que acontece no resto da Europa, onde se registou uma quebra de 6% e de 10% nos híbridos *plug-in*.



TRANSPORTES Isaltino Morais acusa o Executivo de Moedas de indefinição e falta de liderança no projeto LIOS, que já passou de metro ligeiro a metrobus e ainda não tem nem data, nem projeto definitivo. Em risco está também a ligação de Oeiras a Sintra em corredor BUS, que depende do Governo, diz o edil de Oeiras, em entrevista.

"Ligações entre Lisboa, Oeiras e Sintra estão em risco de perder milhões do PRR"

TEXTO **CARLA AGUIAR**

Oeiras é o único município da Área Metropolitana de Lisboa, além da capital, que todos os dias recebe quase tantas pessoas para trabalhar como as que saem. Para fora vão entre 57 e 58 mil por dia e entram perto de 50 mil, vindas de Lisboa, Sintra, Amadora ou Cascais em direção aos vários parques empresariais do concelho, disse o presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, em entrevista.

"Temos uma grande pressão de pessoas e carros vindos de outros municípios, quase 30% de Lisboa." E é por isso que "os projetos para melhorar a mobilidade e os eixos de transporte público entre os municípios, como o LIOS ou o SATU, são críticos para o município, para milhares de pessoas e para o ambiente", assume o autarca do concelho com o segundo maior Produto Interno Bruto do país.

Em causa na LIOS (Linha Intermodal Ocidental Sustentável) está o projeto inicial de metro ligeiro de superfície a ligar Alcântara, Algés e Cruz Quebrada, – mas sem ser em linha reta, para atravessar Linda-a-Velha, Miraflores e Restelo. Mas o projeto, com modificações várias, não está a andar ao ritmo desejado, sobretudo se o objetivo for também aproveitar os fundos do PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), alerta Isaltino Morais. O objetivo inicial era a articulação com a extensão da Linha Vermelha do Metro de Lisboa até Alcântara e com a extensão do elétrico 15E da Carris, desde Algés ao Jamor.



Isaltino Morais fotografado na Fábrica da Pólvora, em Barcarena, Oeiras.

RITA CHANTRE

"Já tivemos duas ou três reuniões com o Carlos Moedas, mas parece que a visão de agora não é a mesma e há aqui um problema de liderança – é o Metro ou a Câmara Municipal de Lisboa que decide?", questiona Isaltino.

Diálogo com CML bloqueado

Com efeito, o vice-presidente da CML com o pelouro da Mobilidade, o centrista Filipe Anacoreta Correia, admitiu em fevereiro a possibilidade de o metro ligeiro de superfície passar a metrobus BRT (autocarro em corredor dedicado) a operar pela Carris (e não pelo Metro, como se previa), introduzindo-se uma maior flexibilidade, capaz de servir outras zonas residenciais, nomeadamente no Concelho de Oeiras. Todavia, "o diálogo técnico e institucional mantido com o Município de Lisboa encontra-se obstaculizado, devido a uma alegada falta de informação que deverá ser prestada por diversos operadores de transportes, tais como a TML, a Carris ou o Metropolitano de Lisboa". Esta era, pelo menos, a situação invocada em julho, e é vista com alguma incredulidade pelo Executivo de Oeiras.

Isaltino diz que, "com esta indefinição, o acesso aos fundos do PRR pode estar em risco, se não se abrir o concurso para a obra já no próximo ano". Apesar de o PRR vigorar até final de 2026, "se o processo estiver em andamento, julgo que ainda iríamos a tempo de aceder àquelas verbas", disse o autarca. Se estiver bloqueado, não.

Já passaram quatro anos desde o protocolo de colaboração firmado entre os municípios de Oeiras, Lisboa e Loures, bem como pela Carris e pelo Metropolitano de Lisboa. Esse protocolo foi revisto em 2021, com a definição da repartição de encargos a reembolsar ao Metropolitano de Lisboa pelos custos suportados com a realização dos estudos necessários à concretização do projeto, cabendo a Oeiras um total de 503 481 euros.

Apesar de Oeiras ter comparticipado o investimento inicial, os estudos previstos não foram realizados na sua totalidade, razão pela qual a empresa municipal de Oeiras com o pelouro da Mobilidade, Parques Tejo, encomendou um estudo de soluções para um corredor em Oeiras, com versões comparativas entre BRT e elétrico rápido. De acordo com as suas conclusões, entregues em abril, "a solução BRT traduz um conjunto de vantagens, entre elas a de acarretar um menor investimento em infraestrutura, uma maior integração com a malha urbana, e maior facilidade de articulação com outras soluções". Como desvantagens, tem "menor capacidade de transporte em comparação com o modo ferroviário, além de acarretar vários constrangimentos por via da eliminação de estacionamento e de faixas de rodagem". Para esta solução, as estimativas de custos rondam um valor entre os 54,5 a 56, 5 milhões de euros, só a cargo do Município de Oeiras.

Já a solução elétrico rápido teria uma "melhoria da eficiência e qualidade do serviço, a par da maior capacidade de transporte e da elevada velocidade comercial, mas investimentos mais avultados em infraestruturas e material circulante, bem como as condicionantes de integração do traçado em áreas urbanas consolidadas". Não foi feita estimativa concreta de custos para esta solução.

País tem de saber captar fundos

A propósito da necessidade de o país captar fundos para investimentos estruturantes, Isaltino Morais defende que na reta final

do PRR, "era altura de o Governo fazer um levantamento dos projetos em curso, em obra, e dos que ainda podem entrar", e encarregar um secretário de Estado de os acelerar. Mas, "como somos sempre mais papistas que o Papa, há um excesso de regulamentação no PRR", embora, diz, "parece que o Governo já o terá percebido e esteja a procurar uma maior flexibilidade para conseguir gastar o dinheiro disponível, nomeadamente para o setor da habitação".

Outro projeto de mobilidade que Oeiras pretende acelerar é o da ligação do concelho a Sintra – que não existe –, passando pelos três grandes parques empresariais, por meio de um corredor dedicado ao transporte público, através da reativação do SATU. O Sistema Automático de Transporte Urbano deu os seus primeiros passos em 2001 em formato monocarril, mas esteve suspenso mais de dez anos, com um complexo processo que resultou na extinção da empresa, e vai agora ganhar uma nova vida em versão autocarro, revelou o autarca.

"É um projeto que tem um custo avaliado em 90 milhões de euros, mas, tudo indica que vamos perder milhões em fundos comunitários, só depende do Governo" diz o autarca.

"Não é lamentável que um projeto desta natureza não tenha programação? Que alguém que queira ir de Sintra para Cascais tenha de ir ao Rossio ou Entrecampos? Alguém duvida da bondade deste projeto, que poderia facilitar a ligação de cerca de 40 mil pessoas por dia entre a Linha de Cascais e a Linha de Sintra, sem necessidade de usar carro?"

Segundo Isaltino, a velocidade a dar a este projeto só depende do Governo. "Toda a gente conhece o projeto. O Governo fica a saber que a Câmara de Oeiras e Sintra têm capacidade para abrir concurso de imediato." Os projetos para a obra já estão feitos, garante.

Isaltino Morais considera que a Administração Central, e Local também, padecem de uma "grande falta de planeamento a longo prazo". E aponta o exemplo de três grandes obras estruturantes que estão previstas, como o novo Aeroporto de Lisboa, o TGV e a nova ponte sobre o Tejo. "É algo que vai ter implicações profundas no ordenamento de toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML). E eu pergunto: não há nenhuma alteração ao plano de ordenamento da AML, fica tudo na mesma?"

CONCORRÊNCIA Stella Li, vice-presidente executiva da BYD inaugurou o concessionário da marca em Lisboa e, em entrevista ao DN, JN e TSF, criticou as novas tarifas da UE sobre os elétricos chineses, que a marca vai contornar com uma fábrica na Hungria.

Aumentar tarifas a carros chineses "é contra os interesses dos consumidores"

TEXTO **PAULO TAVARES**

A BYD, acrónimo de Build Your Dreams, é a marca líder global em veículos eletrificados – 100% elétricos e PHEV Híbridos *Plug-in*. Os números são impressionantes. Entre janeiro e julho deste ano, a BYD conquistou uma quota de 22% do mercado global, com mais de 1,9 milhões de veículos vendidos, o dobro da Tesla, a marca que surge em 2.º lugar nesta tabela, com 11% do mercado e perto de 950 mil automóveis entregues a clientes.

A CEO que vai tirando o sono a Elon Musk esteve esta semana em Lisboa, na inauguração de um novo concessionário da marca. A BYD está presente em 88 países e em mais de 400 cidades, com fábricas na China, Brasil, Tailândia e Uzbequistão, sendo que estão em construção unidades no México, na Turquia e na Hungria.

Esta última localização, dentro da UE, é a chave para evitar as novas tarifas sobre os veículos chineses, que devem entrar em vigor este outono. Stella Li revela que a "fábrica na Europa vai estar operacional a partir do final de 2025", mas acrescenta que o investimento na Europa não vai ficar por aí. "Vamos passar a produzir carros na Hungria, mas vamos investir mais na Europa, incluindo centros de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e também vamos ter mais concessionários um pouco por toda a Europa."

Um corte óbvio nos custos de transporte, mas também uma bela forma de evitar tarifas de importação. Em cima dos 10% que todos os veículos produzidos fora da UE pagam ao entrar na Europa, os construtores chineses enfrentam uma nova vaga de tarifas. São novas taxas desenhadas para proteger uma indústria europeia que acordou tarde para a mobilidade elétrica e que luta para concorrer, em preço, com os veículos chineses. A Comissão Europeia argumenta que o aumento de importações de veículos chineses para a UE está assente numa política de subsídios estatais injusta, que os coloca em território europeu a preços muito mais baixos. Em algumas marcas a nova tarifa pode chegar perto dos 38%, sendo que no caso da BYD é de 17,4%.


Stella Li, vice-presidente da BYD e CEO da marca para as Américas.

Um valor significativo num mercado que vive de margens apertadas. Stella Li fala de uma importante redução de custos, com a futura inauguração da fábrica na Hungria, "sobretudo porque ao produzir aqui vamos evitar tarifas de importação".

A vice-presidente e CEO para as Américas da BYD, responsável, por exemplo, pela entrada e sucesso da marca no mercado brasileiro, não evita um sorriso aberto ao comentar a decisão de Bruxelas. "Não consideramos que seja o caminho certo, porque no fim do dia quem paga é o consumidor. É uma decisão contra os interesses do consumidor europeu."

Stella Li não concorda com o argumento de que as marcas chinesas têm potencial para "matar as marcas europeias", afirmando que esse "não é um argumento realista, porque nós investimos muito no futuro e na eletrificação, investimos muito dinheiro em I&D, em tecnologia, e o que estamos a ver é o resultado desse investimento". Deixa, por isso, um recado simples e claro aos construtores europeus. "As outras marcas, as chamadas marcas tradicionais, têm de apressar o passo, têm também de investir na eletrificação e acreditar no futuro."

Sobretudo uma empresa tecnológica

A BYD investe rios de dinheiro em I&D de baterias. Esse esforço materializou-se na bateria Blade, que recorre à química LFP – usa Lítio Ferro-fosfato como cátodo –, uma tecnologia que garante mais segurança, estabilidade térmica e durabilidade, sendo praticamente livre de cobalto, um elemento cuja mineração tem sérios impactos ambientais, sobretudo em países em desenvolvimento.

Outra face desse investimento é o sucesso comercial da BYD enquanto fornecedor de baterias a outros construtores, como a Tesla. Stella Li acredita na sua evolução, tanto na densidade energética, como na *performance* a temperaturas extremas.

E também não tem dúvidas de que a condução autónoma será o futuro. "Nós já temos um grande centro de I&D, mas acabámos de abrir um outro de *software* especialmente dedicado à condução autónoma e inteligente. Com toda a concorrência que existe na China, acho que será lá que vamos estrear a condução completamente autónoma, mas mesmo que não usemos toda essa capacidade de condução autónoma, os sistemas de ADAS (*Advanced Driver-Assistance Systems*) serão cada vez mais avançados."

Um exemplo bastante prático que já equipa o SUV U8 Yangwang: "Num parque de estacionamento, encontramos um lugar, carregamos num botão e podemos sair do carro que ele estaciona sozinho, mesmo a grande distância."

*curador do Portugal Mobi Summit



Até terça-feira, Milão é palco de mais uma edição da maior feira de calçado do mundo.

DIREITOS RESERVADOS

Calçado volta à feira de Milão, mais uma vez com os apoios atrasados

PROMOÇÃO São 40 as marcas portuguesas em Itália, à procura de clientes num mercado recessivo. Até julho, as exportações caíram 1,6% em quantidade e 13,77% em valor.

TEXTO **ILÍDIA PINTO**

A indústria portuguesa está de volta à Micam, em Milão, naquela que ainda é a feira de referência do calçado em todo o mundo, apesar de estar a perder visitantes e expositores, ao longo dos últimos anos. São 40 as empresas portuguesas representadas, entre calçado e artigos de pele, mesmo assim, mais sete do que na edição de fevereiro. O ambiente recessivo não ajuda a grandes investimentos, sobretudo atendendo a que os apoios à promoção internacional continuam atrasados.

O secretário de Estado da Economia visita hoje a delegação portuguesa, no arranque da feira, "para dar um claro sinal de apoio ao setor, à indústria transformadora e à exportação". João Rui Ferreira diz que "esta é uma indústria relevante para a economia portuguesa, que exporta, que inova, e que tem como objetivo o valor acrescentado dos seus produtos".

Sobre a conjuntura atual, o governante reconhece que o momento é "desafiante", mas destaca a "atitude de proatividade, dinamismo e foco nos mercados internacionais" das empresas do setor, o que "dá uma perspetiva de confiança para o futuro".

Sobre os apoios, nada foi avançado pelo Ministério da Economia, mas o DN/Dinheiro Vivo sabe que a questão será colocada ao secretário de Estado por vários empresários, preocupados com os atrasos e, sobretudo, com a inexistência de uma perspetiva de pagamento. A presença numa feira custa "dezenas de milhares de euros", o que é "um esforço brutal" para pequenas empresas, sobretudo na atual conjuntura em que "todos os tostões contam", dizem os empresários.

Exportações em queda

A falta de previsibilidade é o que mais incomoda, atendendo a que todas as despesas têm de ser pagas à cabeça, mas os subsídios não têm data para ser pagos. "Se soubéssemos que nos pagariam seis meses depois, ainda nos podíamos organizar para isso, mas ninguém sabe nunca dizer quando se recebem os apoios", referem.

Do lado da APICCAPS, foi já submetida a candidatura para o plano de promoção de 2025, que contempla investimentos de dez milhões de euros, envolvendo 100 empresas e 45 ações em 14 mercados distintos. Enquanto aguarda a aprovação deste projeto, vai executando o de 2024, de sete milhões de euros.

"Os pagamentos ainda estão um bocadinho atrasados. A nossa expectativa, quando falámos em fevereiro [na anterior edição da feira], era que isso já estaria recuperado, mas ainda não. Mas saiu há dias o novo formulário de reembolsos, e agora está do nosso lado apresentar as despesas e pôr as coisas a funcionar", diz o diretor-geral da APICCAPS, a associação do calçado. João Maia reconhece que em falta estão todos os pagamentos de 2024, que estima qualquer coisa na ordem dos três milhões de euros.

Apesar da conjuntura negativa, com as exportações a caírem 1,6% em quantidade e 13,77% em valor, num total de 41,5 milhões de pares no valor de 1013 milhões de euros, o setor acredita que há "sinais de retoma" ao nível da confiança dos consumidores, por via do controlo da inflação e da diminuição das taxas de juro, quer permitem antecipar melhores dias.

"Achamos que o 2.º semestre do ano vai ser já de alguma recuperação, mas 2024 será, seguramente, tal como 2023, um ano difícil para a indústria. Mas temos todas as expectativas que 2025 seja já de crescimentos", afiança, por seu turno, o porta-voz da APPICAPS, Paulo Gonçalves.

Ano de regressos

Apesar das dificuldades, há novas marcas a apostar na feira, como a a.li.ás que, a reboque do regresso da Saydo, vai apresentar a sua coleção em Milão, pela primeira vez.

"Estamos a relançar a Saydo e queremos dar-lhe uma distribuição o mais global possível. As feiras ainda são um veículo com a sua importância e a Micam, apesar de tudo, ainda é a mais importante e recebe gente de todas as latitudes, da Ásia ao Médio Oriente, às Américas. É importante marcar presença", diz Amílcar Monteiro, responsável do projeto de calçado de senhora do segmento conforto.

Também a Beppi faz o seu regresso este ano, depois de vários anos de ausência. "Começámos a sentir mudanças na Europa e virámo-nos para a América Latina, onde fizemos investimentos fortes, designadamente no México, com grande sucesso. Entretanto, no final de junho recebemos uma proposta da Micam para voltarmos, com um espaço pequeno, mas com uma excelente localização, e decidimos aproveitar a oportunidade", diz Nuno Maia, diretor-geral da Planitoi, que detém a marca Beppi.

Mas também há ausências de peso, como a Centenário, presença habitual em Milão e que este ano decidiu não ir devido ao "decréscimo acentuado, de ano para ano, de visitantes e potenciais compradores" na Micam. A empresa de Cucujães está a direcionar os investimentos para novos mercados, com uma aposta forte no mercado sul-coreano, onde esteve recentemente numa iniciativa da APICCAPS e do qual regressou com boas perspetivas de negócio. Tem já previsto voltar a expor em Seul no início de 2025.

ilidia.pinto@dinheirovivo.pt



Rússia e Ucrânia concluíram este sábado a troca de 206 prisioneiros de guerra.

HANDOUT / UKRAINIAN PRESIDENTIAL PRESS SERVICE / AFP

NATO faz *mea culpa* por não ter evitado guerra. Kiev pede mais aos aliados

ALIANÇA Jens Stoltenberg reconhece que houve uma relutância dos países aliados em fornecer armas à Ucrânia antes da invasão da Rússia por receio de um aumento das tensões com Moscovo.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Em contagem decrescente para o final do seu mandato, que termina a 1 de outubro, o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, admitiu ontem que a Aliança poderia ter feito mais para armar a Ucrânia e tentar evitar a invasão russa em fevereiro de 2022. "Agora fornecemos material militar para uma guerra, então poderíamos ter fornecido material militar para evitar a guerra", disse o norueguês em entrevista ao jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ).

Para Stoltenberg, existiu uma relutância por parte dos países da NATO em fornecer as armas pedidas pela Ucrânia antes da invasão russa por receio de um aumento das tensões com Moscovo. Só após a invasão, é que os aliados começaram a fornecer apoio, militar e não só, a Kiev.

Apoio que a Ucrânia continua a afirmar não ser suficiente para derrotar a Rússia. Ontem Kiev fez um novo apelo aos Aliados Ocidentais para que permitam ataques de longo alcance em território russo, depois de ter sido atacada pelas forças de Moscovo durante a noite. "O terror russo começa em depósitos de armas, campos de aviação e bases militares dentro da Federação Russa", justificou o conselheiro presidencial ucraniano Andriy Yermak, acrescentando que "a permissão para atacar profundamente a Rússia acelerará a solução".

> A Ucrânia fez novo apelo aos aliados para que permitam ataques de longo alcance em território russo, após ter sido atacada por Moscovo durante a noite.

O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, tem pressionado os aliados para permitirem que as forças de Kiev usem armas ocidentais para atingir bases aéreas e locais de lançamento mais distantes no território russo. "Precisamos de aumentar a defesa aérea e as capacidades de longo alcance para proteger o nosso povo", escreveu Zelensky nas redes sociais.

Mas, até agora, os Estados Unidos, o país que mais contribui para a ajuda à Ucrânia, apenas permitiu que Kiev use as armas que fornece numa área limitada dentro da fronteira da Rússia com a Ucrânia. E, depois de alguma esperança inicial no encontro desta sexta-feira entre os líderes dos EUA e do Reino Unido, não foi anunciada uma decisão sobre o uso de armas de longo alcance. Joe Biden e Keir Starmer reafirmaram o apoio à Ucrânia e, segundo o comunicado divulgado pela Casa Branca, "expressaram profunda preocupação com o fornecimento de armas letais pelo Irão e pela Coreia do Norte à Rússia e o apoio da China à base industrial de defesa russa".

Antes da reunião, várias fontes haviam dito que Starmer iria pressionar Biden para apoiar o seu plano de enviar mísseis britânicos *Storm Shadow* para a Ucrânia atingir mais profundamente a Rússia. No entanto, o britânico indicou que ele e Biden discutiriam agora o plano na Assembleia-Geral da ONU da próxima semana "com um grupo mais amplo de indivíduos".

Para o líder do Comité Militar da NATO, a Ucrânia tem o direito legal e militar de atacar profundamente dentro da Rússia de forma a obter vantagem no campo de batalha. "Toda a nação atacada tem o direito de se defender. E esse direito não termina na fronteira da sua própria nação", referiu ontem o almirante neerlandês Rob Bauer, após o final da reunião anual do comité. "Você quer enfraquecer o inimigo que o ataca, para não apenas combater as flechas que vêm na sua direção, mas também atacar o arqueiro que, como vemos, muitas vezes opera da Rússia até à Ucrânia", prosseguiu.

Já o general CQ Brown, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, reafirmou que a política do país em matéria de armas de longo alcance se mantém. "O que queremos fazer é, independentemente dessa política, continuar a tornar a Ucrânia bem-sucedida com as capacidades que foram fornecidas" pelos EUA e outros países da NATO, declarou.

ana.meireles@dn.pt

Solução está na negociação

Na opinião de Jens Stoltenberg, o fim da guerra na Ucrânia só será alcançado na mesa de negociações "num determinado momento". "Mas tem de se basear na força ucraniana", referiu o secretário-geral da NATO na mesma entrevista ao FAZ. Neste sentido, Volodymyr Zelensky anunciou na sexta-feira que se vai encontrar com Joe Biden ainda "este mês" para apresentar o seu "plano de vitória" sobre como terminar a guerra com a Rússia. "A minha reunião com o presidente Joe Biden está planeada", garantiu o ucraniano, não dando detalhes sobre como pôr fim a mais de 30 meses de combates. Zelensky referiu apenas que a sua proposta envolverá "um sistema de soluções interligadas que dará à Ucrânia poder suficiente para colocar esta guerra no rumo da paz".

Trump insiste em rumor e está a pôr em risco comunidade haitiana

EUA Republicano tem dado projeção a teoria de que haitianos andam a roubar e comer animais domésticos em Springfield, Ohio. Autoridades locais negam boato, mas já tiveram de evacuar escolas e edifícios públicos devido a ameaças de bomba feitas após alegações do ex-presidente.

TEXTO **ANA MEIRELES**



ROBYN BECK / AFP

Na sexta-feira, Donald Trump prometeu que fará grandes deportações em Springfield.

Donald Trump continua a insistir nos rumores contra os haitianos, tendo prometido na sexta-feira "grandes deportações" em Springfield, que ganhou projeção internacional na sequência de uma teoria da conspiração viral defendida pelo republicano no debate de terça-feira com Kamala Harris, de que aquela comunidade de imigrantes anda a roubar e comer cães e gatos domésticos nesta cidade do Ohio. Uma retórica que tem feito aumentar o nível de tensão em Springfield, onde cerca de 15 mil haitianos se fixaram nos últimos anos, tendo as autoridades locais sido obrigadas por duas vezes esta semana a evacuar escolas e edifícios governamentais devido a ameaças não-especificadas.

"Em Springfield, Ohio, 20 mil migrantes ilegais haitianos invadiram uma cidade de 58 mil habitantes, destruindo o seu modo de vida. Eles destruíram aquele sítio", declarou Trump sexta-feira numa conferência de imprensa no seu campo de golfe em Los Angeles. "As pessoas não gostam de falar sobre isso. Mesmo a cidade não gosta de falar sobre isso, porque parece muito mau para a cidade. Eles moram lá, durante anos foi um ótimo lugar. Seguro. Simpático. Agora eles têm 20 mil e ouvi dizer que hoje são 32 mil". E prometeu: "Faremos grandes deportações de Springfield, Ohio".

No debate de terça-feira, o ex-presidente dos EUA já tinha dado voz ao rumor negado pelas autoridades locais de que os migrantes haitianos em Springfield andavam a roubar e comer cães e gatos. Estes boatos têm tido também eco no candidato republicano a vice-presidente, J.D. Vance. Esta sexta, o senador, eleito precisamente pelo Ohio, escreveu uma mensagem no X, no seguimento de outras que publicou sobre o assunto, em que dizia: "Em Springfield, Ohio, tem havido um aumento massivo nas doenças transmissíveis, no preço das rendas, nas taxas de seguro automóvel e na criminalidade. É o que acontece quando se coloca 20 mil pessoas numa pequena comunidade." E, por falar em X, o seu proprietário, Elon Musk, também usou a plataforma para espalhar o rumor através de uma imagem gerada por Inteligência Artificial com um gato e um pato e a mensagem: "Salvem-nos!"

Segundo a ABC, a organização de combate à desinformação NewsGuard rastreou a origem do boato numa publicação viral no X de dia 5 em que apresentava uma captura de ecrã do rumor inicial, partilhado por um morador de Springfield num grupo do Facebook, alegando que os haitianos estavam "a despedaçar" o gato do amigo da filha do seu vizinho, embora a data desta publicação seja desconhecida. Uma conta conservadora no X com mais de 2,9 milhões de seguidores replicou o boato, que chegou a J.D. Vance a 9 de setembro. No dia seguinte, ganhou projeção internacional com Trump.

Na sequência das afirmações do republicano, segundo uma porta-voz da autarquia de Springfield, foi recebido um *e-mail* a dizer que tinham sido colocadas bombas nas casas do presidente da câmara e outros funcionários públicos da cidade, havendo outro *e-mail* que alegava haver explosivos em locais como os Paços do Concelho, escolas e outros edifícios , levando à sua evacuação.

Líderes de comunidades haitianas um pouco por todos os EUA têm vindo a público afirmar que a retórica de Trump pode colocar as suas vidas em risco e inflamar ainda mais as tensões em Springfield. "Nós precisamos de ajuda, não de ódio", disse, por seu turno, o presidente da câmara.

Springfield tem visto aumentar a comunidade haitiana nos últimos anos e, embora não seja possível identificar um número exato, as autoridades locais apontam para a existência de cerca de 15 mil haitianos legais, graças a um programa federal. Foi a imigração que permitiu que esta cidade de menos de 60 mil habitantes, segundo dados de 2020, recuperasse certo dinamismo económico, na sequência de um plano para atrair novas empresas.

A criação de empregos, porém, não foi acompanhada por políticas para abordar os problemas sistémicos da cidade, em particular a pobreza, mas também um curto mercado imobiliário e parcos sistemas de saúde e escolar. As queixas dos moradores começaram a conter "um racismo crescente", atingindo níveis "quase perigosos" durante o ano passado, referiu à AFP Wes Babian, ex-pastor de uma igreja batista local.

ana.meireles@dn.pt

BREVES

Le Pen deseja que legislatura seja curta

Marine Le Pen aproveitou o regresso ao trabalho dos deputados da Reunião Nacional para abordar a nomeação de Michel Barnier como primeiro-ministro de França, anunciada pelo presidente Emmanuel Macron no dia 5, afirmando desejar que esta nova legislatura seja "o mais curta possível" e apelando a uma nova dissolução da Assembleia Nacional. "Encontramo-nos num sistema em que quem tem menos votos é o responsável pela constituição de um governo", criticou Le Pen. No entanto, escreveu o diários *Le Monde*, o desejo da líder parlamentar da RN esbarra na Constituição francesa, segundo a qual o chefe de Estado está impedido de dissolver a Assembleia Nacional no ano seguinte a uma outra dissolução.

Pelo menos 21 mortos em ataques israelitas

Cerca de duas dezenas de pessoas foram ontem mortas em vários ataques de Israel a diferentes locais no norte da Faixa de Gaza, segundo a Defesa Civil do enclave palestiniano. O ataque mais mortal ocorreu perto da Escola Shujaiya, na cidade de Gaza, contra uma residência, matando 11 pessoas, incluindo quatro crianças e três mulheres. Outras cinco pessoas foram mortas num bombardeamento nas proximidades da Escola de Arqam. Em Beit Hanoun duas pessoas morreram num ataque de artilharia israelita. Segundo a Agência Wafa, pelo menos três pessoas foram mortas perto de Khan Younis, num ataque a uma tenda que albergava deslocados.

Lula entra num "tudo ou nada" diplomático até ao fim de 2024

TOUR Brasil é o anfitrião do G20, em novembro, mas pelo meio o presidente tem Assembleia-Geral da ONU, reunião dos BRICS, presença na COP29 e Cimeira do Mercosul na agenda para afirmar a posição internacional do país.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA**, SÃO PAULO

Lula da Silva, presidente do Brasil, passará boa parte dos três meses e meio até ao fim de 2024 no estrangeiro, em cimeiras, assembleias, visitas, conferências, reuniões e tomadas de posse. O segundo semestre do ano, cujo ponto alto é o encontro no Rio de Janeiro do G20, pode definir o futuro da posição do maior país lusófono do mundo? Especialistas acham que sim.

"Em resumo, Lula precisa entregar algo no G20, dar a impressão de que não está muito antiocidental na reunião dos BRICS e sinalizar como vai ser a diplomacia do Brasil nos dois próximos anos de mandato nos demais encontros", diz Vinícius Rodrigues Vieira, professor de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado.

"Não diria que este segundo semestre de 2024 é a hora da verdade do Lula, mas é, pelo menos, o momento de afirmação", acrescenta Roberto Georg Uebel, professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e *Marketing*. "A maior parte dos eventos vai ocorrer já após as Eleições Municipais, por isso, não há necessidade de um policiamento sobre o que o presidente pode, ou não, dizer, e depois das eleições norte-americanas, então chegou, sim, o momento do Brasil se reafirmar nessas viagens."

Em resumo, eis a agenda internacional de Lula, presidente que, logo na posse, a 1 de janeiro de 2022, disse que "o Brasil está de volta" ao cenário internacional, depois de, sob o Governo de Jair Bolsonaro, ser visto, nalguns setores, como pária.

De 22 a 25 de setembro, o chefe de Estado participa na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque, e do *Call to Action* [Chamada à Ação], que está a ser organizado no âmbito do G20 para conclamar todas as nações do mundo a pedir reformas no sistema de governação global.



O G20 vai decorrer de 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro e é Lula quem vai conduzir a reunião da cimeira de chefes de Estado e de Governo.

PABLO PORCIUNCULA / AFP

"Lula falará da questão da reforma na governança global, onde pode antecipar o que vai defender no próprio G20 em relação à aprovação de um imposto global às grandes corporações, porém, sem o apoio dos BRICS e dos países europeus, o discurso soará apenas a retórica e de retórica e *soft power* este Governo está cansado", diz Vinícius Vieira.

Dos dias 30 de setembro a 1 de outubro, entretanto, o presidente do Brasil fará uma visita oficial ao México para participar na tomada de posse da recém-eleita Claudia Sheinbaum.

De 21 a 23 de outubro, Lula participa na Cimeira dos BRICS, em Kazan, na Rússia, onde o Brasil vai receber a presidência de um grupo, que inclui ainda Índia, China e África do Sul, além de Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irão, nações que se juntaram este ano.

"Aí Lula terá de tomar cuidado no seu discurso para não dar a impressão de ter uma atitude pró-Vladimir Putin, será muito desafiador ainda para o Brasil concordar com alguma declaração final porque há um pendor para abraçar posições antiocidentais por parte de Rússia e China e de Irão ou Egito", adverte Vieira.

> Com tantas viagens, Lula não corre o risco de negligenciar o Brasil – em ano eleitoral e com fogos a alastrarem no Pantanal? Uebel acha que não.

A seguir, o presidente brasileiro segue para Baku, no Azerbaijão, onde na COP29, de 9 a 12 de novembro, será passado ao Brasil o bastão da presidência temporária da Conferência do Clima mais importante do mundo. Nesta COP espera-se também o anúncio de novas metas para conter o aumento da temperatura global e cálculos para os valores de investimentos necessários para que isso aconteça.

Por ser logo a seguir, talvez Lula se faça representar pelo vice-presidente Geraldo Alckmin na reunião da APEC, Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico, a 14 e 15 de novembro, em Lima, no Peru. Criada em 1989, a APEC é composta por 21 países e territórios que representam 56% do PIB mundial e 46% do comércio global. Segundo Vieira, "a APEC, entalada entre COP e G20, talvez não conte com Lula, o que é uma pena porque a relação com o Pacífico não devia ser deixada de lado, a curto prazo é a menos importante, mas a longo prazo é relevante".

A cereja no bolo

Finalmente, o G20, de 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro. É Lula quem conduz a reunião da cimeira de chefes de Estado e de Governo do G20, além do comunicado final. "O G20 é o mais importante desses encontros, sem dúvida, porque Lula é o anfitrião, o Brasil terá um ónus maior, caso as discussões não rendam frutos", diz Vieira.

Para o académico, "o país tem, entretanto, uma oportunidade de avançar com uma agenda no combate à fome e de política ambiental, e de lançar o citado imposto global corporativo, proposta da OCDE – se houver avanços neste último ponto, a cimeira será considerada uma vitória de Lula". "De todas as viagens, é o encontro em solo brasileiro o mais determinante", nota Uebel.

O presidente ainda participa na Cimeira do Mercosul, em Montevideu, de 19 a 20 dezembro, com a Venezuela no topo da agenda desde a eleição em que Nicolás Maduro foi confirmado vencedor pelas autoridades locais, resultado contestado pela oposição, pelos EUA e por 10 países da América Latina. "O Mercosul é um grande teste à capacidade da liderança regional de Lula, que não depende apenas dele, mas também do [presidente da Argentina] Javier Milei", sublinha Vieira.

Entretanto, com tantas viagens, Lula não corre o risco de negligenciar o Brasil – em ano eleitoral e com fogos a alastrarem no Pantanal, entre outros desafios? Roberto Uebel acha que não: "Até agora, à exceção talvez da ida à coroação do rei de Inglaterra ou da presença numa reunião dos BRICS enquanto havia enchentes no Rio Grande do Sul, as viagens de Lula são úteis porque é importante o país marcar posição numa agenda multilateral."



Análise
Germano Almeida

Imigrantes e gatinhos

Trump escala na mentira dos "cães e gatos", fala em gansos que desaparecem do lago de Springfield.

Porquê?

Springfield, Ohio, tem 15 mil haitianos numa pequena cidade de 58 mil, a 72 quilómetros de Colombus, capital estadual. Há, objetivamente, uma exploração do medo através de falsas acusações. Coloca toda a gente a falar do tema da imigração ilegal, que é o que lhe interessa.

O problema é a profunda irresponsabilidade que é ver um ex-presidente dos EUA, que deseja voltar a sê-lo, a projetar um discurso de ódio dirigido a uma comunidade, com os riscos sérios que isso implica. As consequências já se notaram nas últimas horas: ameaças de bomba em Ohio após Trump dizer que imigrantes comiam cães e gatos, referindo a chegada de milhares de migrantes haitianos à cidade com uma população predominantemente branca e operária, que desencadearam evacuações de escolas e edifícios governamentais.

Trump promete "a maior deportação da história", que se iniciaria em Springfield, Ohio. Estamos perante o regresso da cartilha "carnificina americana", inspirada em Steve Bannon, que levou Trump à Casa Branca em 2016. Mais tarde, Donald escalou a história dos "cães e gatos" e falou no "desaparecimento de gansos do lago de Springfield" e relatou supostas "violações de jovens sodomizadas por imigrantes ilegais".

Com Trump atrás nas sondagens, e a fazer tudo para disfarçar a derrota pesada que teve no debate, isto só vai piorar.

Kamala atingiu com distinção os três grandes objetivos

Correu ainda melhor do que se esperava a Kamala, correu ainda pior do que se esperava a Trump. A democrata surgiu segura, sólida e muitíssimo bem preparada. Dominou a narrativa, levou a discussão para o que mais lhe interessava, tinha as respostas na ponta da língua. Encostou Trump às cordas no 6 de janeiro, na defesa da democracia, na relação com os líderes internacionais. Conseguiu que economia e imigração não fossem temas dominantes. Descolou-se elegantemente de Biden, colocou-se como "a candidata do futuro", ela que é vice-presidente em funções e atirou Trump para "um passado a que não queremos voltar". E tinha preparadas frases certeiras, que entregou sempre com assertividade: "Trump foi despedido por 81 milhões de americanos", cortando assim uma narrativa disparatada de Donald, quando voltava a dizer que "não podia ter perdido a eleição de 2020 se tinha tido 75 milhões de votos".

Kamala fez quase tudo o que era preciso fazer. Nem precisou de corrigir a mentira repetida de Trump de que "Biden tem a maior inflação da história" (nos anos Reagan a inflação era quase de 20%). Kamala provou ser a candidata mais preparada, a que está em melhores condições de defender a Democracia. Assumiu-se como "vinda da classe média", a única que tem um plano para ela. E afirmou-se como "tendo um único cliente, o povo", em contraponto com um Trump que tem "um plano para ele e para os amigos bilionários a quem se prepara para voltar a baixar os impostos".

Trump teve momentos de alguma irritação, sem saber como desmontar a liderança de Kamala e chegando a puxar de uma estratégia que servia quando era Biden o candidato. Só que já não é.

Harris mostrou Trump como inaceitável e apresentou-se como a solução que defende a Democracia e garante a conciliação. Retirou dúvidas sobre a sua própria capacidade em situação sem rede. Provou que estar a "esconder-se" ao escrutínio não era fragilidade, era apenas estratégia e que pode ser diferente, para melhor, de Joe Biden ("*A New Way Forward*") – até ao debate parecia candidata melhor que Biden 2024, mas pior que Biden 2020; a partir de agora pode projetar a ideia de poder ser ainda melhor que Biden 2020.

Devemos identificar duas dicotomias que Harris soube explorar: futuro *vs*. passado: Kamala, vice em funções, conseguiu colocar-se como a candidata do futuro, avisando para o perigo do "espécie de incumbente que nos ia fazer regressar ao passado". Normal *vs*. inaceitável: enquanto Kamala surgiu preparada, responsável e consistente; Trump insistiu em irresponsabilidades como ter sido roubado em 2020 e desvalorização do 6 janeiro de 2021.

Trump e o pecado do excesso de confiança

O excesso de confiança levou Donald a abdicar de preparação a sério; a vitória de goleada de Kamala foi a vitória da preparação. Trump ainda não processou a derrota de 2020 e ainda não processou que já não é Biden o seu adversário. A 27 de junho, Trump ganhou largamente a Biden pela comparação – mas já não tinha estado muito bem; agora confirmou-se que Trump 2024 também já está mais velho que em 2016 e 2020.

Kamala soube interpretar o que significa que 61% do eleitorado diga que é preciso uma "mudança" (daí ter-se descolado o mais possível da herança Biden). Mas mudança numa continuidade democrática; Kamala mostrou que é possível manter forte a defesa da Democracia e que regressar a Trump em "modo vingança" seria rotura na própria democracia.

Marcou muitos pontos ao lembrar que Trump incitou a multidão no 6 de janeiro de 2021, negou a derrota evidente, defende 15 milhões de deportados. A história mostra-nos que ganhar um debate não garante ganhar a eleição (Hillary Clinton, Mitt Romney e John Kerry que o digam).

> **"O excesso de confiança levou Donald a abdicar de preparação a sério; a vitória de goleada de Kamala foi a vitória da preparação. Trump ainda não processou a derrota de 2020 e ainda não processou que já não é Biden o seu adversário."**

Entrámos no desafio dos detalhes

As duas primeiras sondagens nacionais feitas pós-debate dão um crescimento imediato a Kamala Harris. Tanto o estudo da Reuters/Ipsos, como o do Morning Consult identificam cinco pontos de vantagem à democrata (50/45 e 47/42), o valor mais elevado até agora na diferença entre Kamala e Trump.

Uma diferença de cinco pontos no voto popular garantiria, com quase toda a certeza, a vitória à democrata no Colégio Eleitoral (Biden venceu em 2020 por 4,5%). Falta saber como estará nos Estados decisivos pós-debate – mas nas últimas indicações pré-duelo da Pensilvânia apontam para avanço de Kamala no Wisconsin (52/48, Marquette, 28 ago a 5 set) e na Carolina do Norte (50/47, Quinnipiac, 4 a 8 set), um empate na Pensilvânia (50/50, CBS News, 3 a 6 set) e vantagem Trump na Geórgia (Quinnipiac, 4 a 8 set).

O debate correu muito bem a Kamala na comparação com Trump e ao encostá-lo às cordas, mas terá faltado algum detalhe que muitos queriam ver na democrata. Se o desafio é dar-se a conhecer aos americanos que querem saber mais sobre ela, então esse trabalho começará verdadeiramente agora.

O *tour* de Kamala pelos Estados decisivos, que termina este domingo e teve foco muito especial na Pensilvânia, pode ajudar a prolongar este novo fôlego democrata. Harris e Walz estão a apostar nos condados rurais da Pensilvânia, explorando pontos como a proposta de ampliação de programas para ajudar as comunidades rurais a aceder ao financiamento federal, ao mesmo tempo que expande o financiamento para pequenas empresas e outras ajudas.

Kamala tentará reforçar os laços, para já limitados, com a agricultura e os eleitores das pequenas cidades. "As comunidades rurais são essenciais para o sucesso e o caráter da nossa nação."

Especialista em Política Internacional


Aktürkoğlu teve uma estreia em grande: foi titular e marcou.

FOTOS: GERARDO SANTOS

ESTÁDIO DA LUZ (LISBOA)
ÁRBITRO CLÁUDIO PEREIRA (AVEIRO)

BENFICA	SANTA CLARA
4	1
TRUBIN	GABRIEL BATISTA
BAH	FREDERICO VENÂNCIO
ANTÓNIO SILVA	LUÍS ROCHA
OTAMENDI	SIDNEY LIMA
ÁLVARO CARRERAS	LUCAS SOARES
FLORENTINO	ADRIANO (84')
ROLLHEISER (67')	PEDRO FERREIRA (62')
KÖKÇÜ (81')	MATEUS ARAÚJO
DI MARÍA (73')	VINÍCIUS (46')
AKTÜRKOĞLU (73')	GABRIEL SILVA (62')
PAVLIDIS (81')	SAFIRA (75')
TREINADOR	**TREINADOR**
BRUNO LAGE	VASCO MATOS
SUBSTITUIÇÕES	**SUBSTITUIÇÕES**
AMDOUNI (67')	RICARDINHO (46')
PRESTIANNI (73')	KLISMAHN (62')
SCHJELDERUP (73')	MATHEUS PEREIRA (62')
LEANDRO BARREIRO (81')	JOÃO COSTA (75')
ARTHUR CABRAL (81')	SERGINHO (84')

GOLOS: VINÍCIUS (1'), AKTÜRKOĞLU (27'), FLORENTINO (34'), ANTÓNIO SILVA (48') E DI MARÍA (59').
CARTÕES AMARELOS: SAFIRA (20'), LUÍS ROCHA (72'), ANTÓNIO SILVA (74') E SERGINHO (90').

Reviravolta "à Lage" e com feitiço turco

I LIGA Encarnados estiveram a perder diante do Santa Clara, mas deram a volta, até chegarem "à chapa 4", tal como na estreia do treinador, em 2019. Aktürkoğlu fez belo golo na primeira aparição.

TEXTO **ANDRÉ CRUZ MARTINS**

O Benfica venceu o Santa Clara por 4-1, no primeiro jogo da "nova era Bruno Lage", curiosamente num jogo com contornos semelhantes ao ocorrido a 6 de janeiro de 2019, na estreia do técnico português aquando da sua primeira passagem pelo banco dos encarnados. Nesse dia, igualmente no Estádio da Luz, as águias estavam em desvantagem de 0-2 aos 20 minutos, diante do Rio Ave, mas acabaram por dar a volta e triunfaram por 4-2. Desta vez, as coisas também começaram mal, com golo do Santa Clara logo aos 23 segundos, apontado por Vinícius Lopes, após falhanço incrível de Otamendi. E, de novo, o Benfica sorriu no final da contenda, com "chapa 4".

Bruno Lage fez duas mudanças em relação ao último onze do Benfica, em Moreira de Cónegos, com Leandro Barreiro e Prestianni a serem rendidos por Rollheiser e Aktürkoğlu, este em estreia. E quando se esperava um início pressionante do Benfica, com os seus jogadores a lutarem por cada palmo de terreno (ainda por cima porque começaram por estar em desvantagem desde a primeira jogada…), viu-se uma equipa amorfa, a dar todo o tempo do mundo para os visitantes trocarem a bola.

Os fantasistas Di María, Aktürkoğlu e Kökçü estavam desaparecidos em combate e só Pavlidis mostrava algum inconformismo, com movimentações inteligentes na frente de ataque. Mas era pouco, muito pouco, até que aos 27' o turco Aktürkoğlu fez o seu primeiro feitiço de águia ao peito, desviando com grande classe um passe açucarado de Kökçü e fazendo o seu habitual festejo "à Harry Potter". Estava feito o 1-1 e a Luz, enfim, empolgou-se, com a equipa da casa a jogar no ritmo intenso que deveria ter sido imposto desde o apito inicial.


Bruno Lage esteve sempre muito ativo no regresso ao banco.

O próprio Bruno Lage , com gestos exuberantes a mandar os seus jogadores para a frente, ajudava a criar um clima quente e só houve sete minutos de intervalo entre o 1-1 e o 2-1, apontado num cabeceamento de Florentino, após assistência de Otamendi, igualmente de cabeça. Este segundo golo do médio pela equipa principal dos encarnados (o outro também havia sido apontado sob o comando de Bruno Lage) mereceu muitos protestos dos jogadores do Santa Clara, que reclamaram uma falta de Otamendi no início da jogada.

Até ao intervalo, o jogo manteve-se animado, com duas boas oportunidades para os lisboetas, nos pés de Kökçü e Aktürkoğlu, mas com a ocasião mais soberana a pertencer aos açorianos, num remate ao poste de Gabriel Silva.

Bastaram apenas 4 minutos no segundo tempo para a Luz ficar mais tranquila, depois de António Silva aumentar a contagem para 3-1, num cabeceamento na sequência de um pontapé de canto, em mais uma assistência de Kökçü. E aos 59' Di María fez o 4-1, num chapéu perfeito ao guarda-redes Gabriel Baptista, que tinha decidido ir "passear" de forma disparatada até ao limite da sua grande área. Foi o primeiro golo do Campeão do Mundo na época em curso.

Entre os 68' e os 82' Bruno Lage refrescou a equipa, com as entradas de Amdouni (estreia de águia ao peito, marcada por um falhanço inacreditável à boca da baliza e por um livre direto à barra), Prestianni, Schjelderup, Arthur Cabral e Leandro Barreiro. Ainda houve tempo para Arthur Cabral e Schjelderup desperdiçarem o 5--1 e, contas feitas, Bruno Lage obteve o mais importante (a vitória), num jogo com alguns excelentes apontamentos de Aktürkoğlu, Kökçü e Di María. No entanto, a paupérrima meia-hora inicial certamente deixou-o a pensar.



THINKING FOOTBALL

Responsáveis financeiros de Sporting, Benfica, FC Porto e Sp. Braga deixaram avisos.

Alta tributação pode baixar competitividade

FINANÇAS "Corremos o risco de passar a um nível de Liga Conferência", avisou responsável financeiro do Sporting na cimeira *Thinking Football*.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

As queixas não são de agora, mas o problema voltou a ser levantado ontem pelos responsáveis financeiros dos principais clubes portugueses, Sporting, Benfica, FC Porto e Sp. Braga, que concordam na necessidade de aliviar a carga fiscal dos clubes, sob pena de perda de competitividade no contexto europeu.

No dia de encerramento da cimeira *Thinking Football*, no Porto, os custos de contexto "elevados e muito acima da média" foram analisados sob a perspetiva das várias sociedades desportivas, com o alerta de que o modelo de negócio dos clubes portugueses, assente na formação e valorização de ativos, é "replicável".

"Fazemos omeletes com poucos ovos. Ainda temos um modelo de negócio bem definido, mas replicável. Estamos a falar de mercados com os quais somos comparativamente pequenos. Temos mercados como a Turquia, a Bélgica, a Holanda, que trabalham pouco a formação, mas no dia em que começarem a trabalhar, vão ultrapassar-nos", atirou Francisco Zenha, vice do Sporting para a Área Financeira.

Ainda de acordo com o mesmo responsável, "a carga fiscal é absurda": "Estamos habituados a ter um Benfica e FC Porto habitualmente na *Champions*, o Sporting agora a voltar, o Sp. Braga já lá esteve. Mas corremos o risco, se não agirmos depressa, de começar a ver a liga portuguesa num patamar da Liga Conferência."

Já José Pereira da Costa, administrador financeiro da SAD portista, lembrou a descida de Portugal no *Ranking* da UEFA e as perdas de receita que daí advêm. "O facto de termos passado de 6.º para 7.º e termos perdido mais uma equipa na Liga dos Campeões representa perda para Portugal à volta de 40 milhões de euros. Se não atuarmos depressa, pode ser pior", previu.

Tendo em conta a taxa de 23% de IVA da bilhética, bem como a carga em sede de IRS e custos associados aos seguros de acidentes de trabalho, o dirigente estima que os dragões percam mais "sete ou oito [milhões de euros]". "Ter os custos de contexto alinhados com a média europeia, quer ao nível do IRS, IVA e de seguros, poderia representar uma redução potencial entre 4 e 5% de margem sobre as receitas operacionais, excluindo receitas com vendas de jogadores. Para um clube como o FC Porto, com receitas totais na ordem dos 160 M€, poderíamos reduzir custos na ordem dos sete ou oito M€", explicou.

Outro tipo de receitas

Nuno Catarino, da SAD do Benfica, também realçou a necessidade de garantir receitas de diferentes formas para fazer face ao contexto adverso. "O Benfica tem uma lista de espera de 14 mil pessoas para ter lugar anual. Se formos ao estádio do Bayern Munique, em jogos do campeonato, têm assistência de mais 10% do que nos jogos europeus. A nossa economia é a 19.ª da Europa, a nossa realidade vai levar-nos para esse lugar do *ranking*. O risco é real", augurou.

Também Cláudio Couto, administrador executivo do Sp. Braga, se mostrou preocupado com a legislação. "O IVA passou a 23% com expectativa de que fosse momentâneo, mas, em 2017, todos os espetáculos viram a taxa voltar a 6%, menos o futebol. Também pagamos faturas altíssimas em seguros de acidentes de trabalho. Há casos como um atleta que sofra um corte no sobrolho, seja assistido, não saia do jogo, não é acionado seguro e, passado uns anos, vem reivindicar uma questão estética", concluiu. **Com LUSA**

Vítor Bruno admite que transferência falhada de Galeno teve impacto

FC PORTO Treinador garante que derrota com o Sporting está esquecida. Hoje há jogo com o Farense.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

Vítor Bruno projetou ontem o FC Porto-Farense desta tarde (15.30, Sport TV1), e não negou que o falhanço da transferência de Galeno para a Arábia Saudita (esteve praticamente certa e caiu à última hora) no fecho do mercado mexeu com o jogador.

"Tem sido um profissional de excelência. Não vou negar que tem algum impacto, estamos a falar de uma questão financeira que qualquer jogador procura. Sempre com a noção de que representa um grande clube. Fez-lhe bem ter ficado aqui, não ter ido à seleção foi bom. E o casamento dele dá-lhe estabilidade. O Galeno é muito fiel aos valores, muito satisfeitos com ele e com o que pode dar", referiu o treinador portista.

Vítor Bruno garantiu entretanto que a derrota com o Sporting, em Alvalade, no último jogo do campeonato, já está ultrapassada. "Fomentamos muito uma regra, que é não entrarmos em agonia. Acredito muito na energia e nos laços. As primeiras 24 horas foram difíceis e duras. Não se perdeu, mas em termos de trabalho totalmente vinculados de forma enérgica. Durou 24 horas, a partir daí foi atacar o próximo jogo, fizemos mira àquilo que é o Farense", considerou.

E admitiu esta tarde poder fazer algumas alterações da equipa, em função de vários jogadores apresentarem algum cansaço devido ao compromisso das seleções: "Não nego que quem ficou cá pode estar mais preparado para iniciar. Há jogadores que regressam que conseguem fazer o *transfer* e regressam ao que somos nós enquanto equipa. As decisões estão praticamente tomadas, mas não as vou dizer aqui."



SL BENFICA

Benfica vence Torreense e conquista Supertaça feminina de futsal

O Benfica conquistou ontem a oitava Supertaça feminina de futsal consecutiva depois de vencer o estreante Torreense, por 4-0, num jogo disputado hoje no Pavilhão dos Desportos, em Torres Novas. Os golos foram marcados por Sara Ferreira (2), Fifó e Inês Matos.



Liev Schreiber e Nicole Kidman, o casal (im)perfeito.

O CASAL PERFEITO

Uma série que é como o último suspiro do verão

CRIME Liderou nas últimas semanas o *top* de séries da Netflix, e traz Nicole Kidman no papel de uma escritora e matriarca em controlo absoluto da família perante um cenário de homicídio. *O Casal Perfeito* é drama e mistério com ares de literatura de praia.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Antes do regresso ao grande ecrã, apontado para dezembro, no filme *Babygirl*, que lhe valeu o Prémio de Melhor Atriz na recente edição do Festival de Veneza, Nicole Kidman despede-se do verão em modo televisivo – e nós com ela. Habituada a ser a presença forte das séries em que vai entrando, com extrema regularidade, no novo sucesso da Netflix, *O Casal Perfeito*, não se foge à regra: Kidman é a pose de comando onde tudo começa e acaba neste policial com intriga à beira-mar e acidez de classe a gerar um desassossego luminoso. Até porque a sua personagem – matriarca de uma família abastada e romancista, cujos livros se vendem como pãezinhos quentes no aeroporto – sinaliza o próprio teor da ficção.

A saber, não estamos em terreno de escrita aguçada, como o foi *The White Lotus*, ou de processamento de um grande trauma, à maneira de *Big Little Lies*, mas ambas as referências bailam neste modelo de televisão pouco séria, que funciona particularmente pelo *timing*.

Adaptada de um romance de Elin Hilderbrand, precisamente uma autora de *best-sellers* que são autêntica literatura de praia, *The Perfect Couple* faz figura de delícia escapista, pouco antes de virarmos a página para o outono. O cenário é uma propriedade em Nantucket, com mansão e piscina nessa privilegiada zona litoral americana, onde os preparativos para o casamento de um dos filhos da dita romancista parece já ser a festa a acontecer... Na verdade, é um ensaio. Reunindo todas as personagens centrais (e são várias, ou não cheirasse a preparação para o "quem matou?") num convívio mais ou menos plástico que permite identificar as rachas na simulada perfeição familiar, a série criada por Jenna Lamia monta aqui a tenda para o espetáculo policial que se segue.

Quer dizer, do organizador de casamentos à empregada doméstica, que adoram comentar o perfil matador dos ricos, passando por Dakota Fanning de sobrancelha levantada (esposa de um dos filhos da protagonista), um Liev Schreiber movido a charros (o irresponsável pai de família), uma Isabelle Adjani a assumir o boneco (amiga de longa data da família) e Eve Hewson a garantir o olhar menos caricatural da classe trabalhadora (essa talentosa filha de Bono Vox, que é a noiva deslocada), tudo se alinha no primeiro dos seis episódios, com a Lua a testemunhar o homicídio que vai ditar um conjunto de interrogatórios devidamente insinuantes.

Elogio do escapismo

Esta é daquelas séries que dependem da não-revelação de pormenores, pelo risco de se estragar qualquer coisinha. Mas é também um esquema de ficção muitíssimo familiar, que optou pelo tom suculento em vez da sofisticação. Um aspeto, aliás, que tem sido tema de debate junto da crítica. Eis a dúvida: Lamia sabe o que está a fazer ou há comédia involuntária nesta proposta de policial?

Conforme se avança, fica por demais evidente que estamos perante um cálculo certo de escapismo (palavra muito apreciada, segundo consta, pela autora Hilderbrand), que não está interessado em inovar.

Com um toque piroso aqui e ali, que intensifica o ar autoconsciente de "série baseada em literatura *light*", *O Casal Perfeito* despe-se de quaisquer pretensões para ser apenas um prazer ligeiramente culpado, uma diversão em que o drama cheio de polpa funciona como veículo fácil para agarrar o espectador: não interessa tanto a corrente profunda que se insinua na superfície, mas sim o próprio mecanismo da superfície, em que as personagens só têm de passar a bola da desconfiança mútua, ou serem eficazes na cosmética das relações.

Outro contributo importante é o da realizadora Susanne Bier, que assina a totalidade dos episódios, tal como assinou *The Undoing* (2020), outra série em que Nicole Kidman enverga a pele da mulher privilegiada – a diferença passa por, desta vez, estar menos em apuros do que no controlo da situação. A sua postura de vigilância, e os sentimentos ariscos que suscita, fazem com que o mistério flutue, sempre num estilo leve de *Mojito* na mão.

Se dúvidas houver, em entrevista ao *site* IndieWire a *showrunner* não deixou de sublinhar a sua genuína preocupação com o tom: "Acho que funciona. Eu diverti-me a assistir, mas é uma série que tem de te ensinar a vê-la, porque quando surge o nome de Susanne Bier, que realizou tão incrivelmente bem *The Undoing* e *O Gerente da Noite*, espera-se algo sério."

Para Jenna Lamia importa então perceber o espírito do genérico, ao som de Meghan Trainor: "Espero que esses créditos de abertura te digam para te sentares e relaxares. Podes rir – espero que rias. Mas é um tom complicado de se conseguir..."

> *O Casal Perfeito* despe-se de quaisquer pretensões para ser apenas um prazer ligeiramente culpado, uma diversão em que o drama cheio de polpa funciona como veículo fácil para agarrar o espectador.


Por muito que exponha marcas de divertimento meio burguês, *Iris et les Hommes* é uma comédia com um atrevimento assinalável...

Caroline Vignal
“Podemos dizer que *Iris e os Homens* é feminista”

CINEMA Estreia-se na quinta-feira a comédia sexual *Iris e os Homens*, de Caroline Vignal, uma crónica feminina com libido forte. A realizadora falou com o DN e conta como é filmar o orgasmo feminino.

ENTREVISTA **RUI PEDRO TENDINHA**, EM PARIS

Sente que o seu cinema é uma prova de que há um humor com protótipo feminino?
Sim, há essa ideia, de que as mulheres não sabem muito de comédia. Mas nós gostamos também muito de rir, sendo que julgo não existir essa coisa do humor no feminino. O que acredito é que o humor não é universal.
***Iris e os Homens* é uma comédia feminista?**
Podemos dizer isso… É a história de uma mulher que reivindica os seus desejos, ou seja, a sua liberdade e a sua sexualidade. Isso talvez seja feminista, ainda que o feminismo possa ser tanta coisa.
Hoje, assumir o feminismo é um ato político?
Não sei como é com vocês, em Portugal, mas aqui em França há agora uma vaga de feminismo bastante radical que é um pouco misantropa. Um feminismo que, cada vez mais, recusa os homens. Creio que o meu filme não será agradável para elas, pois enceno uma pacificação com os homens. Ainda assim não quero com isto dizer que sou contra os movimentos decorrentes do *#MeToo*, acho tudo isso formidável. *Iris e os Homens* não quer promover a ideia de que todos os homens são geniais e que temos sempre de lhes dizer que sim… O que sinto é que hoje não se fala dos homens *porreiros*, apenas daqueles que se portam mal.
Curiosamente, não é um filme ofensivo contra as redes sociais e as *apps* de encontros amorosos...
Pois não! Não sei por que é que as pessoas acham sempre que essas aplicações são o Diabo! Pintou-se essa ideia de que pode ser um risco e que é moralmente degradante. Vejo essas aplicações como um instrumento que possibilita que as pessoas se encontrem, sobretudo chegarmos a quem não conseguiríamos de outra forma. O único problema que pode acontecer é se nós não soubermos utilizá-las bem, é como tudo na *net*…
Conte-nos o prazer que deve ser dirigir a grande Laure Calamy...
Trata-se de uma atriz de uma enorme generosidade. É alguém que representa com puro prazer, é extraordinário! Além do mais, a Laure é imensamente comunicativa. Depois de a ter dirigido em *O Meu Burro, o Meu Amante e Eu*, foi um prazer este reencontro. Sinto que, para ela, este novo papel foi mais de composição. Na primeira parte do filme ela tem uma personagem que é apenas terna, mas depois tudo muda e a Laure traz aquele poder de vida só dela! De alguma forma, até tive de a domar para não dar tanto, coisa que tem tendência a fazer naturalmente. Havia um equilíbrio a fazer e, por vezes, eu tinha de a frustrar um pouco… Nas cenas em que ela podia expressar as suas fantasias deixei-a fruir à vontade. O que é bonito nela é ver todas as suas modulações, dos momentos mais calmos às explosões. A Laure tem mesmo um registo imprevisível, diria que é capaz de fazer tudo!
O que vai levar como principal memória deste filme?
Vou lembrar-me sempre da rodagem da sequência musical. Foi logo no começo das filmagens. Confesso, foi um sonho! Sempre quis fazer comédia musical, ainda para mais num *décor* natural, numa cidade, com 40 dançarinos e com uma grua à minha disposição. Foi genial!


Caroline Vignal
Realizadora

Chovem homens? Chovem sorrisos...

Eis que chega uma comédia amoral sobre a moral francesa. *Iris e os Homens* é a entronização da traição conjugal à francesa. Caroline Vignal pega o touro pelos cornos e faz humor sobre o adultério. Uma história sobre uma mulher bem casada que decide passar uma temporada a experimentar diferentes parceiros sexuais através de uma aplicação tipo Tinder. Iris deixa-se ir pelos encantos do proibido, mesmo continuando a amar o marido, alguém que nos últimos tempos se esquece de a seduzir. Mas as regras de Iris são fixas, nesta chuva de homens, de todos os feitios e formas: não há repetições, nem espaço para romance.
Vignal está a filmar a fantasia sexual feminina de forma ligeira, mas sem ligeireza: fá-lo com um vínculo divertidamente libertário, tal como acontecia no anterior *O Meu Burro, o Meu Amante e Eu*, grande sucesso em França em 2020. Trata-se de um bálsamo da comédia francesa do meio, desatada, sem boçalidade, com bom gosto e uma atriz, Laure Calamy, a fazer do seu sorriso um ato de *joie de vivre*.
Não é um filme profundo? Não tem de o ser. É deliciosamente francês e progressista.



Entre as imagens
João Lopes

A morte da literacia visual

Literacia visual – eis uma bela expressão. A sua pertinência é tanto maior, quanto o simples reconhecimento da sua existência pode favorecer um pensamento capaz de nos libertar das preguiçosas rotinas de algumas linguagens televisivas que detêm um poder efetivo de anular o gosto de olhar e compreender.

Veja-se o que acontece com certas formas de "acompanhamento" dos jogos de futebol. O acontecimento (entenda-se: o próprio jogo) está ausente e o ecrã divide-se numa galeria de personagens que veem aquilo que o espectador não vê, implicitamente encarnando a televisão como um pequeno monstro iconográfico: as imagens são tratadas como *gadgets* arbitrários e, no limite, alheias a qualquer responsabilidade discursiva. Há mesmo quem mostre os treinadores através de imagens que provêm de outros jogos – o que gera um efeito de montagem involuntariamente burlesco: se tivermos acesso ao direto do mesmo jogo, verificamos que, no mesmo instante, há um treinador vestido de duas maneiras diferentes.

Não é, entenda-se, uma banal questão de "verdade/mentira". As coisas são ligeiramente mais complexas do que qualquer dicotomia moralista. É, isso sim, um problema de literacia: de quem transmite e de quem recebe aquilo que é transmitido.

No Dicionário Houaiss encontramos uma descrição clássica de literacia: "conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito." Tal significado alarga-se no Dicionário da Universidade de Cambridge quando se caracteriza, precisamente, o conceito de literacia visual: "capacidade de compreender as ideias e os significados daquilo que vemos, especialmente símbolos e imagens."

Vale a pena regressar a um cristalino testemunho de Martin Scorsese, datado de 2012, disponível na conta de YouTube da Edutopia (*site* criado em 1991 pela Fundação George Lucas para a Educação). O realizador de filmes como *Taxi Driver* (1976), *Tudo Bons Rapazes* (1990) e *A Invenção de Hugo* (2011) evoca a sua própria educação. Falando dos limites de conhecimento dos pais e do facto de não haver livros em sua casa, Scorsese recorda que, no começo, a sua educação foi eminentemente visual – e não só nas salas escuras, também no pequeno ecrã das décadas de 1940/50, período que ele recorda como uma Idade de Ouro da televisão dos EUA.

> **"Há linguagens televisivas que promovem a indiferença, criando espectadores sem gosto de olhar e compreender."**



Por amor das imagens: Martin Scorsese no seu filme *A Invenção de Hugo* (2011).

Mesmo "sem compreender" o que estava a acontecer, Scorsese reconhece que essa imersão numa riquíssima "tradição visual" foi decisiva na sua formação: havia "um outro tipo de inteligência", cujo objetivo era "contar uma história", em que "realizador, argumentista e diretor de fotografia" trabalhavam para envolver o olhar do espectador.

Daí a sua proposta eminentemente pedagógica, em tudo e por tudo contrária à *avalanche* de imagens redundantes, ou apenas estupidamente especulativas, que nos rodeiam: "É preciso tocar os mais jovens, a partir de uma idade precoce, de modo a que as suas mentes sejam capazes de, com espírito crítico, olhar as imagens e aquilo que significam."

Há, de facto, uma diferença entre respeitar a inteligência do espectador e, por exemplo, gastar preciosas horas televisivas a tratar o despedimento de um treinador de futebol como se fosse a antecâmara de uma guerra civil. E há, sobretudo, uma maneira, também ela pedagógica, de encarar o estado das coisas audiovisuais: para o melhor e para o pior, o nosso ecrã caseiro tornou-se um poderosíssimo instrumento educacional das nossas vidas e respetivos valores.

Pelo menos até agora, as comemorações dos 50 anos da nossa democracia têm omitido qualquer vontade de reflexão sobre tão dramática conjuntura, transversal a classes e gerações (e à história dos mesmos 50 anos). O que talvez ajude a identificar o efeito mais perverso da falta de literacia visual. A saber: a crença de que o mundo das imagens é o produto "natural" (e, nessa medida, inquestionável) do simples facto de alguém registar ou reproduzir imagens. Entretanto, todo os dias, a sensibilidade dos nossos olhares vai morrendo um pouco mais.

Jornalista



Diario de Noticias

O VATICANO E AS MODAS

O ULTIMO LEVANTAMENTO DOS MOUROS

O CONGRESSO RIBATEJANO

SOB UM PENEDO

UM INCENDIARIO

O JANTAR NO MONUMENTAL CLUB

VIDA POLITICA

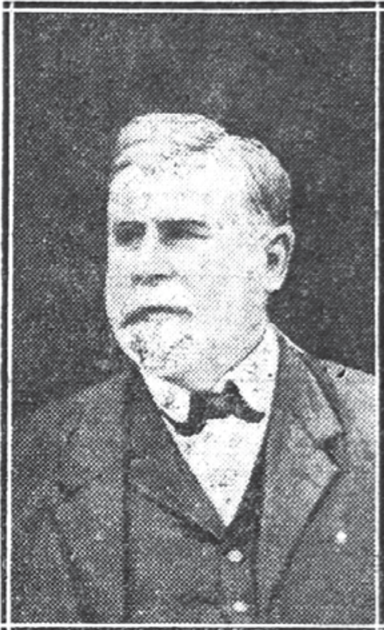
O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 15 DE SETEMBRO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

O CONGRESSO RIBATEJANO

O engrandecimento economico da região exige que ele se realize no proximo ano— Um apelo ao grande lavrador Palha Blanco, o primeiro "ganadero" português



PALHA BLANCO

Foi publicado ha dias o livro correspondente ao primeiro Congresso Regional do Ribatejo, que insere todas as téses apresentadas e toda a documentação referente a essa admiravel afirmação de vitalidade regional. Este livro é obra do sr. Pedro Monteiro, ilustre presidente do Senado Municipal de Santarem, e que faz da sua senectude gloriosa uma obra de trabalho e de esforço proficuo «em prol e aproveitança» da terra ribatejana, onde a sua acção orientadora tanto se faz sentir. Foi devido a uma carta minha publicada em fevereiro de 1920 no «Diario de Noticias» que se alvitrou a realização dum Congresso Regional do Ribatejo.

Centro duma das mais belas e agricolas regiões portuguesas, sintese de todas as qualidades da grei e da raça, o Ribatejo merecia a existencia dum congresso. Essa obra de organização deve-se ao sr. Pedro Monteiro, como este admiravel livro do 1.º Congresso Ribatejano se deve apenas ao seu esforço pessoal e á sua admiravel pertinacia organizadora.

Perto de trinta teses foram apresentadas. Os trabalhos de Augusto Neupart, dr. Cincinato da Costa, D. Luís de Castro, dr. Silva Teles, Diogo da Silva Oleiro, dr. Norberto Pedroso, Pedro Monteiro, dr. Mendes de Brito, dr. Solano de Abreu, engenheiro Antonio Branco Cabral, engenheiro Ramos de Miranda, dr. Mota Cabral, Luís Costa Santos, dr. Dagoberto Guedes, etc., afirmaram competencias evidentissimas e um estudo tecnico dos assuntos. Em trabalho realizado, em obra publicada, este congresso foi incontestavelmente o mais completo de todos os realizados entre nós, como o comprova o livro recem-publicado. O problema hidraulico do Tejo, que é o Nilo desses campos uberrimos; o estudo das comunicações, o estudo acêrca do «Lisbon-Wine», como marca internacional dos vinhos da região, o estudo da baliza do Tejo, do Caminho de Ferro de Peniche, o estudo do seguro agricola, o estudo do turismo como fonte de receita, afirmaram e afirmam bem alto o que foram os trabalhos realizados.

No entanto, nomeada a comissão organizadora do 2.º Congresso, ela não conseguiu que este ano se realizassem trabalhos simultaneos em Abrantes, Vila Franca de Xira e Santarem. A' comissão organizadora do 2.º Congresso pertencem nomes como os do ilustre lavrador e patriarca da lavoura portuguesa Palha Blanco, Casa Cadaval, Visconde de Santarem, D. Luís de Castro, Casa Infante da Camara, Companhia das Lezirias, dr. Silva Teles, Cincinato da Costa, Antonio Branco Cabral, dr. Mota Cabral, José Relvas e Correia da Costa, autor destas linhas.

Ainda consegui dar publicidade ao Congresso em artigos nos diarios, mas infelizmente ele não poude realizar-se.

Realizar-se-á o ano proximo? De facto assim o exige o engrandecimento economico da região. Resta fixar a melhor data. Para mim a melhor epoca seria em junho de 1925. De ha muito que o Ribatejo merece uma parada agricola, para afirmação da sua «mise-en-scène» rural e da sua alta afirmação de perpetuidade de raça e costumes. Ramalho Ortigão sonhou o grandioso espectaculo duma parada com alfaias, carros, todos os apetrechos da lavoura, charruas, bois e cavalos ajaezados, manadas fulvas, rebanhos de carneiros, tudo o que desse o «film» movimentado e decorativo da terra raza e chã, onde o sol impera, onde o sol brinca no tapete silencioso e abstracto da paisagem.

Esta parada seria o maior, o mais alto grito nacionalista da nossa historia contemporanea. Quem pode realizá-la? Quem pode meter mãos á obra? Quem é o grande lavrador que deve desde já ligar o seu nome a esse espectaculo glorioso que ficará na Historia Nacional?

O nome é apenas um, o do lavrador Palha Blanco. E' da sua iniciativa que pode nascer esse espectaculo formidavel de côr, de luz, de alma vibratil, de colorido e de ardencia luminosa que é uma parada agricola.

Palha Blanco fez de Pancas um templo votivo da lavoura nacional e como «ganadero» é o primeiro, o que não tem igual entre nós. Ainda tenho no «écran» da retina o espectaculo matinal de uma visita a esses planos campos, onde uma multidão de touros esculpidos em negro enche a alma de horizontes sem fim, embalados pela voz adormecida dos ancestrais. Terra que o sol viola e escalda, terra que o sol enche de silencios de cripta, terra extensa e funda como um senhorio real—Pancas é a obra admiravel de Palha Blanco. E' este homem um dos maiores portugueses do seculo XX, que deve para o ano proximo realizar uma parada agricola que seja o coroamento do 2.º Congresso Regional.

O Ribatejo é hoje uma honra nacional. Terra de trabalho, de abastança, Canaan uberrima, o Tejo é o seu noivo de sempre, o Tejo é o senhor feudal dessa campina onde a raça tem a sua embriagadora apoteóse de luz e de esforço continuo. E' preciso que a voz dessa provincia acorde dessa letargia e grite o seu desejo de emancipação e de vida nova. E' preciso que o Ribatejo faça a sua Politica da Terra e dê ostracismo aos politicos profissionais que nunca poderão auscultar as suas necessidades instantes. O Ribatejo precisa mandar ao Parlamento, nas proximas eleições, pelos seus circulos de Tomar, Vila Franca, Santarem e Setubal, os seus tecnicos, os seus lavradores cultos, os seus intelectuais que compreendem e sentem quais as suas ambições imediatas. O 2.º Congresso deve realizar-se em junho do ano proximo. Até lá é necessario trabalhar e realizar um pertinaz esforço de publicidade, para acordar da sua sonolencia atavica a inercia dos seus valores representativos. Fazendo a politica da terra o Ribatejo revela Portugal aos portugueses e realiza a mais bela obra de salvação e de reconstrução nacional.

CORREIA DA COSTA.

NO NORTE DE AFRICA

O ULTIMO LEVANTAMENTO DOS MOUROS

é mais uma guerra santa contra a cristandade do que uma tentativa para sacudir o jugo da Espanha?

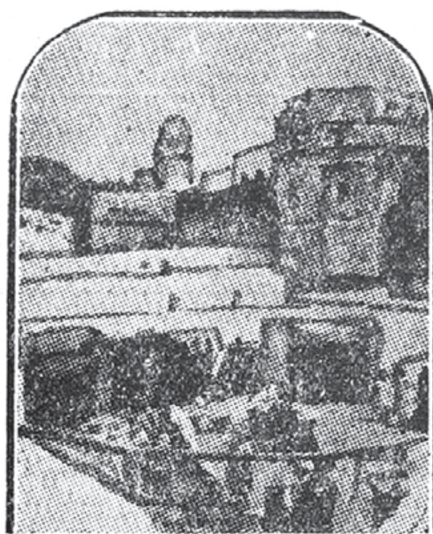
O Directorio Espanhol está decidido a resolver de uma vez para sempre o problema marroquino

Africa abundantes reforços militares, para conjurar o perigo, exactamente como faz em Espanha uma ditadura militar.

* * *

O Directorio, em uma proclamação dirigida ao povo espanhol, em data de 8 de setembro, declara que, no momento em que vai cumprir-se um ano da sua actuação, não tem encontrado no seu caminho outro obstaculo sério senão o problema marroquino. «Este problema—diz o mesmo manifesto—pensavamos soluciona-lo em uns meses, por meios pacificos, dignos e razoaveis, reduzindo-o a termos que não fôssem para Espanha amago de ruina nem causa de constante inquietação.»

Mas surgiu a guerra santa, e Espanha não podia retirar-se diante do inimigo. Isso seria a desonra da nação e do seu brioso exercito, o desprestigio da raça e, sobretudo, uma falta á fé dos tratados e uma deslealdade para com a França, que ficaria a sós em frente do Islam sublevado! Espanha não podia







TETUÃO—Vista geral da cidade de que os mouros pretendem apoderar-se—A' esquerda o antigo palacio do sultão—A' direita o patio dum palacio



FERNANDO VELUDO / LUSA

O PM com a ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, e o autarca de Estarreja, Diamantino Sabina (*esq.*).

Montenegro afasta cenário de eleições antecipadas

ESTABILIDADE Primeiro-ministro afirma que Portugal não deve andar "à procura de crises existenciais e supérfluas".

O primeiro-ministro afastou ontem um eventual cenário de eleições antecipadas, afirmando que o país quer estabilidade para não prejudicar as oportunidades de financiamento existentes, numa resposta implícita às críticas do secretário-geral do PS.

"O país espera que, nesta ocasião, não se prejudique um caminho de crescimento, um caminho de aproveitamento das oportunidades, nomeadamente de financiamento, que são extraordinárias", disse Luís Montenegro, durante a inauguração da Fábrica da História – Arroz, em Estarreja, no Distrito de Aveiro.

Montenegro, que fez apenas um discurso, sem falar aos jornalistas, referiu que o país quer que o Governo garanta "estabilidade, responsabilidade e sentido de futuro", em vez de andar "à procura de crises existenciais, supérfluas, daqueles que só pensam em si, ou no seu próprio interesse".

Uma declaração que pode ser entendida como uma resposta às declarações do secretário-geral do PS, que acusou ontem o Governo de não ter sido sério na gestão de diferentes dossiês e de ter "feito propaganda e enganado os portugueses" por ter em mente eleições antecipadas e se querer preparar para elas.

No seu discurso, Montenegro disse que é este "sentido de futuro" que tem partilhado na rua, nos contactos com as instituições e com as entidades, afirmando que "é aquilo que vai acontecer nos próximos dias sobre as decisões importantes" que o Governo tem pela frente, numa alusão à discussão do Orçamento do Estado para 2025.

O que disse Nuno Santos

Horas antes, o secretário-geral do PS acusara o Governo de não ter sido sério na gestão de diferentes dossiês por ter em mente eleições antecipadas.

"Aquilo que nós temos em Portugal é um Governo que nestes cinco meses tem feito propaganda e tem enganado em várias áreas os portugueses com uma única coisa em mente: ter eleições antecipadas e prepararem-se para elas, só que não vale tudo na política", disse Pedro Nuno Santos no discurso de abertura da Comissão Nacional do PS, em Coimbra.

O líder do PS defendeu ter a obrigação "de ir denunciando a forma como este Governo governa". **DN/LUSA**

Funeral de Fujimori passou a comício

A missa fúnebre do antigo presidente peruano Alberto Fujimori foi ontem transformada num comício político, com os apoiantes a entoarem a sua mais famosa canção de campanha e gritando "*presidenta*" para a sua filha e sucessora política, Keiko Fujimori.

Realizada no Gran Teatro Nacional, que fica ao lado da sede do Ministério da Cultura, onde Fujimori foi sepultado com honras de Estado e diante de milhares de apoiantes, a missa durou alguns minutos antes que os dois filhos do ex-presidente (1990-2000) envolvidos na política subissem ao pódio. O primeiro foi o ex-congressista Kenji Fujimori, condenado por tráfico de influências, que, em lágrimas, disse que *El Chino*, como era popularmente conhecido o ex-governador nascido no Japão, "nunca morrerá" e viveria para sempre, apesar dos seus rivais.

A multidão acompanhou esta mensagem gritando que Fujimori foi "o melhor Presidente" do Peru.

Agradeceu também ao ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski pelo indulto que lhe concedeu em 2017 e que lhe permitiu sair da prisão, onde cumpria penas por corrupção e crimes contra a Humanidade.

Além destes processos, havia outros por diferentes massacres, o caso das esterilizações forçadas de milhares de mulheres e corrupção, que ficaram por concluir com a sua morte.

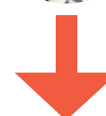
A filha afirmou que o pai "pôs fim à doença terminal que estava a afetar" o Peru, referindo-se à hiperinflação e ao terrorismo, os dois êxitos que os seus apoiantes reivindicam para ela.

Sobe & desce

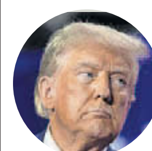
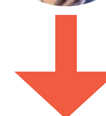
POR **VALENTINA MARCELINO**




JENS STOLTENBERG
O secretário-geral da NATO reconheceu ontem que a Aliança Atlântica não fez mais para armar a Ucrânia antes da invasão russa por receio de aumentar tensões com Moscovo. Apesar do *mea culpa* só ter surgido cerca de 15 dias antes de deixar o cargo, revelou uma qualidade de líder: admitir os erros.

ANDRÉ VENTURA
O presidente do Chega ouviu o que só ele parece não perceber, nas Jornadas Parlamentares do seu partido. Foram de moderação as palavras dos "patrões" da Confederação dos Agricultores e da Confederação do Turismo: "Cuidado, sem imigrantes não vamos a lado nenhum", alertaram.

DONALD TRUMP
Desinformar, alimentar ódio, dividir e radicalizar a sociedade, continuam a ser os trunfos de campanha do candidato às Presidenciais dos EUA. Desta vez, anda a alimentar boatos, já negados pelas autoridades, de que os haitianos roubam e comem animais domésticos em Springfield.




Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro, Mafalda Campos Forte **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt